



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA**

JEFFERSON MACENA PEIXOTO

**OS ATINGIDOS PELO PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS:
O CASO DA COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS.**

**PONTÃO - RS
2018**

JEFFERSON MACENA PEIXOTO

**OS ATINGIDOS PELO PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS:
O CASO DA COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau
de Bacharelado em Agronomia da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Me. Vanderlei Franck Thies.

Coorientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar

PONTÃO – RS

2018

Peixoto, Jefferson Macena

OS ATINGIDOS PELO PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE
RUSSAS: O CASO DA COMUNIDADE LAGUA DOS CAVALOS. /

Jefferson Macena Peixoto. -- 2018.

81 f.:il.

Orientador: Vanderlei Franck Thies.

Co-orientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Agronomia, Erechim, RS, 2018.

1. Lagoa dos Cavalos. 2. Luta e Resistencia. 3.
Política Nacional de Irrigação. 4. Perímetros Irrigados.
5. Tabuleiro de Russas - Russas (CE). I. Thies,
Vanderlei Franck, orient. II. Alencar, Francisco Amaro
Gomes de co-orient. III. Universidade Federal da
Fronteira Sul. IV. Título.

JEFFERSON MACENA PEIXOTO

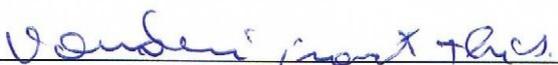
"OS ATINGIDOS PELO PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS: O CASO DA
COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS"

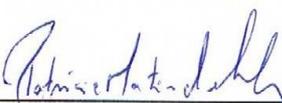
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de
Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

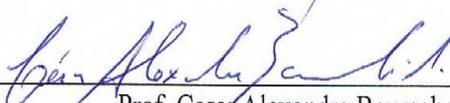
Orientador: Prof. Vanderlei Franck Thies

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 07/06/2018.

Banca examinadora:


Prof. Vanderlei Franck Thies


Prof.ª Patricia Martins da Silva


Prof. Cesar Alexandre Bourscheid

Dedico esse trabalho a todas as famílias Atingidas por Barragens, Obras de Transposição e infraestrutura irrigada, que lutam e resistem a esse sistema excludente. Aos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB que lutam movidos pelo espírito socialista de solidariedade Internacional.

“Não há fronteiras nesta luta de morte, nem vamos permanecer indiferentes perante o que aconteça em qualquer parte do mundo. A vitória nossa ou a derrota de qualquer nação do mundo, é a derrota de todos. ”

“Che Guevara”

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses cinco anos de Curso, muitos obstáculos foram enfrentados, um deles foi à distância da família e amigos por um grande período para estudar e que fui recompensado pelo espírito de sacrifício. Outro obstáculo que quero frisar aqui, é a quebra do paradigma de que filho de Pequeno Agricultor de origem humilde não tem direito a acessar ao espaço da universidade para contribuir na construção do conhecimento científico. As lutas dos movimentos sociais do campo e da cidade nos proporcionam o acesso à formação de ensino superior para qualificação dos jovens, homens e mulheres que tanto sonham chegar a essa formação.

Portanto, quero começar agradecendo a Deus, por ter me dado força e resistência para superar as dificuldades encontradas nesses cinco anos de curso.

Agradeço a minha família, na pessoa da minha Mãe, Maria de Fátima que me educou e sempre me incentivou a estudar e nos momentos difíceis me confortou com suas palavras doces e carinhosas de mãe, de apoio que me ajudaram nessa caminhada.

Quero agradecer também ao meu Pai, Mauricio Fernandes que me motivou a superar os desafios com sabedoria, seriedade e dignidade nessa trajetória do curso.

Agradeço os meus irmãos Diego, Denise e Andresa, que são muito especiais para mim, que contribuíram dando apoio e afeto em todas as horas quando perto e longe deles.

Agradeço aos meus tios, tias e avó, que também me apoiaram nessa longa caminhada de dificuldade e muito aprendizado.

Quero agradecer aos meus amigos e colegas de curso, que foram essenciais e ajudaram na condução da turma nos momentos difíceis de turbulência durante esses cinco anos de curso, ajudando sempre a superar as dificuldades com saídas coletivas.

Agradeço também a todos os professores e professoras que contribuíram na minha formação técnica e ideológica, contribuindo com leituras críticas do sistema de produção capitalista produtivista, propondo novas saídas desse sistema falido que é o agronegócio.

Agradeço ao meu Orientador, professor Vanderlei Franck Thies, que me ajudou a conduzir o trabalho de pesquisa com seus conhecimentos políticos científicos, dando direção e qualificação à construção do trabalho de pesquisa.

Agradeço também ao meu Coorientador, professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, que me ajudou e tirou dúvidas sobre o objeto de pesquisa, subsidiando com os materiais necessários de embasamento do trabalho de conclusão de curso.

Quero agradecer a comunidade Lagoa dos Cavalos, que me acolheu de portas abertas e

me deu todo apoio para fazer a pesquisa, disponibilizando seus tempos e conhecimentos acumulados sobre a história de luta e conquistas da comunidade.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pela luta junto a Via Campesina por uma educação de qualidade, no regime de alternância, com prática e teorias agroecológicas de produção camponesa como formação permanente do indivíduo.

Agradeço ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) por ter me indicado a fazer o vestibular desse curso e ter conseguido acesso ao tão sonhado curso superior. Muito obrigado por ter me forjado como pessoa, militante da causa da luta da classe trabalhadora, através dos seus princípios e valores de construção de sociedade e de mundo.

Por fim, agradeço a toda Militância do MAB, que me apoiou, encorajou e incentivou a aceitar o desafio de estudar e enfrentar os desafios da academia, para ajudar na construção do conhecimento crítico revolucionário, que pode transformar o mundo em algo novo e melhor.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa foi realizado no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), região do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. O objetivo do trabalho foi estudar as lutas e as formas de resistência das famílias camponesas da comunidade Lagoa dos Cavalos causado pelo Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas no município de Russas – Ceará. A metodologia de pesquisa consistiu em um estudo de caso qualitativo com entrevistas semiestruturadas para dois públicos: Agricultores atingidos pelo PIRT e professores e técnicos que acompanharam o processo de desapropriação. A pesquisa mostrou que ao longo da história, a comunidade Lagoa dos Cavalos foi marcada por momentos importantes de desenvolvimento organizacional e socioproductivo, formação de grupos de agricultores, jovens e mulheres cultivando o espírito de luta e pertença ao território. Verificou-se também perante aos entrevistados, compreender as formas de luta e resistência ao PITR, através de audiências públicas, ocupações, panfletagem, entrevistas nas rádios. Observou-se ainda, criação da Comissão de Defesa e Negociação com apoio dos sindicatos, Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, Movimentos Trabalhadores Sem Terra - MST e Cáritas como ferramenta de luta no entendimento dos entrevistados. Percebeu - se também nesse estudo que as formas de resistências contribuíram para acesso ao reassentamento, indenizações e a permanecerem na comunidade. Durante o estudo notou-se que houveram mudanças socioproductivas drásticas gerada pelo projeto Irrigado Tabuleiro de Russa através redução do território da comunidade. Algumas atividades com enfoque na agricultura e agropecuária limitaram-se ou quase não existem mais, em função da privação do acesso à terra.

Palavras-chave: Lagoa dos Cavalos, Luta e Resistência, Perímetro Irrigado, Tabuleiro de Russas.

RESUMEN

El presente trabajo de investigación fue realizado en el Perímetro Irrigado Tablero de Rusas (PITR), región del bajo Jaguaribe, estado de Ceará. El objetivo del trabajo fue estudiar las luchas y las formas de resistencia de las familias campesinas de la comunidad Lagoa de los Caballos causada por el Perímetro Irrigado Tablero de Rusas en el municipio de Russas - Ceará. La metodología de investigación consistió en un estudio de caso cualitativo con entrevistas semiestructuradas para dos públicos: Agricultores afectados por el PIRT y profesores y técnicos que acompañaron el proceso de expropiación. La investigación mostró que a lo largo de la historia, la comunidad Lagoa de los Caballos fue marcada por momentos importantes de desarrollo organizacional y socioproductivo, formación de grupos de agricultores, jóvenes y mujeres cultivando el espíritu de lucha y pertenencia al territorio. Se verificó también ante los entrevistados, comprender las formas de lucha y resistencia al PITR, a través de audiencias públicas, ocupaciones, panfletaje, entrevistas en las radios. Se observó además, creación de la Comisión de Defensa y Negociación con apoyo de los sindicatos, movimiento de afectados por represas, movimientos trabajadores sin tierra y Caritas como herramienta de lucha en el entendimiento de los entrevistados. Se percibió también en ese estudio que las formas de resistencias contribuyeron para acceso a reasentamiento, indemnizaciones y permanecer en la comunidad. Durante el estudio se notó que hubo cambios socioproductivos drásticos generada por el proyecto Irrigado Tablero de Russa a través de la reducción del territorio de la comunidad. Algunas actividades con enfoque en la agricultura y agropecuaria se limitaron o casi no existen más, en función de la privación del acceso a la tierra.

Palabras claves: Lagoa de los Caballos, Lucha y Resistencia, Perímetro Irrigado, Tablero de Rusas.

LISTA DE SIGLAS

ADECE	Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará S. A.
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
COELCE	Companhia Energética do Ceará.
CDN	Comissão de Defesa e Negociação.
CHESF	Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco.
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
DISTAR	Distrito de Irrigação do Perímetro Tabuleiros de Russas
DNOCS	Departamento de Obras Contra Seca.
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária.
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GEVJ	Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe.
GISF	Grupo de Irrigação do São Francisco.
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.
IOCS	Inspetoria de Obras Contra Seca.
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra Seca.
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MAB	Movimentos de Atingidos por Barragens.
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
PITR	Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PIMC	Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido.
PROINE	Programa Nacional de Irrigação.
RENAP	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.
RUC	Recursos de Uso Comuns
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário.
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
TAC	Termo de Ajuste de Conduta.
UFC	Universidade Federal do Ceará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetros Implantados nos estados do Nordeste pelo DNOCS 1970 a 2004.....	35
Figura 2 - Mapa da região do Baixo Jaguaribe - Ceará.	44
Figura 3 - Imagem de Satélite da comunidade Lagoa dos Cavalos.....	49
Figura 4 – Imagem do Reassentamento e Comunidade Lagoa dos Cavalos.	62
Figura 5 – Reassentamento Lagoa dos Cavalos.	79
Figura 6 – Canal da Segunda Etapa do PITR, ao lado, Reassentamento e Comunidade Lagoa dos Cavalos.....	79
Figura 7 – Lote produtivo do entrevistado da comunidade Lagoa dos Cavalos.....	80
Figura 8 – Pasto irrigado para atividade agropecuária do entrevistado.....	80
Figura 9 – Produção de Macaxeira para beneficiamento na casa de farinha na comunidade Lagoa dos Cavalos.....	81
Figura 10 – Produção de Coco irrigado por técnicos e agrônomos sem produzir por falta d'água.	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perímetros Irrigados do DNOCS no Ceará	36
Tabela 2 - Distribuição das Terras dos Perímetros Irrigados do DNOCS no Estado do Ceará.	37
Tabela 3 - Distribuição da área desapropriada do Perímetro Irrigado PIRT 1ª etapa.	46
Tabela 4 - Distribuição Fundiária da Terra da Comunidade Lagoa dos Cavalos.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CARACTERIZAÇÃO DA TEORIA DO USO DOS RECURSOS COMUNS.....	19
1.1 Ocupação e Apropriação dos Recursos do Território Nordestino	21
1.2 Colonização dos Recursos de Uso Comuns no Sertão.	23
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SERTÃO NORDESTINO: DO COMBATE A SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMI ÁRIDO	27
2.1 Contextualização histórica da irrigação e dos Perímetros Públicos Irrigados.....	29
2.2 Política Nacional de Irrigação: a antiga e atual.	38
3. O PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS E A COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS.....	44
3.1 Histórico e caracterização da Comunidade Lagoa dos Cavalos até 2008.	47
3.2 O Conflito Socioambiental na Desapropriação da Segunda Fase do Tabuleiro de Russas e as conquistas das comunidades.....	53
3.3 Mudanças observadas nas atividades socioprodutivas	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	72
APÊNDICES - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES E AGRICULTORAS, TECNICOS e PROFESSORES.....	76
ANEXOS.....	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa surge a partir da necessidade de compreender o processo de implantação da Segunda Etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR) bem como os impactos socioambientais e socioterritoriais causados pelas mudanças que ocorreram pela desapropriação sobre a comunidade Lagoa dos Cavalos, localizada no município de Russas, na macrorregião do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará.

Tal implantação refletiu-se em mudanças drásticas referente ao uso dos recursos comunais (terra de soltas), limitando e privando o uso e o acesso dos mesmos. Portanto, tais mudanças atingiram diretamente a dinâmica organizativa produtiva das famílias que historicamente usavam os recursos naturais para desenvolvimento das atividades produtivas de autoconsumo.

A desapropriação do PITR foi feita pelo Estado, na figura do Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS), através da política de irrigação, quebra totalmente o elo socioprodutivo dos camponeses construído historicamente na região. A implantação da política de perímetros irrigados desde a década de 1970 sempre visou modernizar o campo na lógica capitalista de produção, através de pacotes químico sintéticos, com base do agrohidronegócio de frutíferas irrigada no Nordeste.

A política nacional de irrigação em sua aplicação, processo de desapropriação e seleção obedece e favorece as grandes empresas agrícolas privadas ganham posse da terra nos processos de seleção expedido pelo órgão responsável pelo projeto de irrigação. Enquanto isso, os pequenos agricultores são expropriados e excluídos, obrigados a lutar pelos seus direitos negados nos processos de desapropriação (FREITAS, 2010, XIMENES, 2015).

O que justifica essa pesquisa são as ações e as formas de tratamento recorrente nos processos de desapropriações, deslocamentos de comunidades, vilarejos e povoados, com o objetivo de implantação de infraestruturas, nesse caso hídrico para o agrohidronegócio, ocorrerem conflitos socioterritoriais, onde usualmente o Estado não respeita essas comunidades, seu modo de vida e sua história. Essa é a temática do presente estudo, os conflitos sociais e territoriais decorrentes desses processos. Um exemplo claro, foi a Segunda Etapa do PITR que iremos tratar nesse trabalho nos capítulos subsequentes.

Morais e Silva (2010, p. 8) afirmam que:

O processo de (des)ocupação/desapropriação territorial, como na maioria dos casos, é feito através da tensão natural gerada pela incapacidade do Estado de compreender território como sendo algo construído de forma significativa e carregada de sentido, histórico, cultural e social. A desapropriação desconsidera esses significados do

território e passa a entendê-lo como recurso financeiro, desprovido de qualquer valor imaterial.

A discussão sobre a instalação do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas¹, no Ceará, começou nos anos 1980 (GOVERNO DO CEARÁ, 2002, 2003), embora o edital de licitação da Primeira Etapa tenha sido lançado somente no final de 2003. Todavia, a desapropriação de 10.765,72 ha, para a implantação de 578 lotes agrícolas, de tamanhos variados, para exploração frutícola, distribuídos entre empresários, técnicos em ciências agrárias e pequenos agricultores (DNOCS, 2010; DIÁRIO DO NORDESTE, 2003) e a sua efetiva implantação tenha iniciado em 2004.

A Segunda Etapa da desapropriação foi anunciada em maio de 2008 e distribuiu mais 243 lotes entre empresários, técnicos da área de ciências agrárias e pequenos produtores. (ALVES, 2012).

O Projeto Tabuleiro de Russas através do edital de licitação previu que, “[...] venceriam a licitação as melhores ofertas em termos de valor e prazo de pagamento [...]”. (GOVERNO DO CEARÁ, 2004). Na Segunda Etapa do projeto de desapropriação seria semelhante à Primeira Etapa, de forma que as terras das comunidades e “terras de soltas” remanescentes as comunidades seriam desapropriadas e cercadas pelo DNOCS. As “terras de soltas” era uma das principais áreas utilizadas de forma coletiva pelas famílias das comunidades para a criação e pastoreio de pequenos e grandes animais, gerando assim um conflito de privação ao uso da terra.

Este e outros critérios do processo licitatório sugeriam que as terras passassem a pertencer a outro grupo social, cuja relação com a terra é distinta da atual. Ou seja, a exemplo do que ocorreu durante a implantação da 1ª etapa do Projeto, deveriam ser excluídas as famílias locais, visto que não seria possível compatibilizar no mesmo espaço físico as duas formas de ocupação e uso. Enquanto que atualmente os espaços e recursos são submetidos a arranjos locais de uso comum, a chegada dos empresários da agricultura irrigada promove uma mudança radical, transformando a terra numa mercadoria, num ativo financeiro. Portanto, áreas de *soltas* serão cercadas, passando a ter uso exclusivamente privado. (ALVES, 2012, p.178).

Ainda de acordo com Alves (2012) essas comunidades atingidas pelo projeto Tabuleiro de Russas possuíam trajetórias de desenvolvimento entrelaçadas, eram ligadas à mesma associação comunitária e compartilhavam os mesmos projetos de vida. Além disso, essa comunidade era caracterizada por possuir uma rede de proximidade, envolvendo laços de parentesco, vizinhança, amizade, compadrio, além de certa homogeneidade socioeconômica.

Os agricultores que viviam nessas áreas desapropriadas pela Primeira Etapa do Tabuleiro de Russas, migraram para o entorno da área desapropriada, construindo as

¹ No último capítulo serão apresentados detalhes do projeto e de sua história.

residências com o recurso das indenizações. “[...] Parte das famílias migrou para a periferia da zona urbana de Russas, algumas se restabeleceram no Distrito de Flores e na localidade do Jardim São José, as margens da BR-116, ambas no município de Russas [...]” (FREITAS; RIGOTTO, 2014, p. 11).

A partir dessas reflexões preliminares surgem várias dúvidas e questões sobre o processo de desapropriação na comunidade Lagoa dos Cavalos, no município de Russas, que são: Como foi o processo de desapropriação na Comunidade Lagoa dos Cavalos? Quais foram os impactos socioterritoriais na Comunidade Lagoa dos Cavalos? Qual o tratamento recebido pelas famílias camponesas da Lagoa dos Cavalos e as suas reações? Quais os beneficiários do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas?

Para compreender melhor e responder as tantas dúvidas elencadas nesse trabalho de pesquisa, temos como objetivo geral: estudar as lutas e as formas de resistência das famílias camponesas da comunidade Lagoa dos Cavalos causados pelo Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas no município de Russas – Ceará. Os objetivos específicos são:

- Compreender a relação da comunidade com o perímetro irrigado, especialmente as diferentes formas de resistência.
- Analisar as contrapartidas recebidas pelos atingidos de Lagoa dos Cavalos oriundas do desenvolvimento do projeto Tabuleiro de Russas.
- Identificar as mudanças ocorridas nas atividades produtivas na comunidade Lagoa dos Cavalos gerada pelo projeto Irrigado Tabuleiro de Russas.

Para atingir os objetivos proposto nessa pesquisa, foi realizada pesquisa a campo com estudo de caso para compreender as formas de lutas e resistência das famílias da comunidade Lagoa dos Cavalos, com intuito de investigar de forma qualitativa e colher informações sobre os impactos causados pelo PITR.

Os dados foram obtidos de três formas. A primeira foi através de revisão bibliográfica de trabalhos feitos por pesquisadores que estudaram a região. A segunda foi a coleta de dados através de pesquisa documental junto ao DNOCS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), Cáritas de Limoeiro do Norte, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano de Matos (FAFIDAM), Movimentos de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Russas.

A terceira forma de obtenção de dados foi através da realização de entrevistas, com técnicos e pesquisadores que acompanharam o processo de implantação do PITR e também

com agricultores da Comunidade. A comunidade Lagoa dos Cavalos foi escolhida para objeto de pesquisa em função do processo de luta e resistência dos camponeses a ameaça de desapropriação do PITR em 2008 pelo DNOCS.

Para a realização das entrevistas foi construído dois tipos de questionário específicos: um para os agricultores da comunidade Lagoa dos Cavalos, que foram atingidos pelo PITR e outro para Técnicos e Professores que acompanharam o processo de desapropriação do perímetro irrigado na época. Os questionários estão nos APÊNDICES finais do trabalho.

As entrevistas com as famílias dos agricultores foram realizadas em janeiro de 2018. Ao todo foram entrevistadas 09 famílias camponesas da comunidade e Reassentamento Lagoa dos Cavalos atingidas pelo PITR. Os dados foram coletados através de conversas nas residências dos agricultores, com aplicação do questionário semiestruturado, buscando conhecer e entender o processo de implementação do PITR, desde a perspectiva das famílias dos agricultores.

No segundo momento foram feitas quatro entrevistas com técnicos e especialistas no assunto. Essas entrevistas envolveram técnicos das seguintes entidades: do DNOCS, em Fortaleza (CE); no Tabuleiro de Russas, em Russas, com o técnico do DISTAR - Distrito de Irrigação do Perímetro Tabuleiros de Russas, órgão que coordena a Primeira e Segunda Etapa do Tabuleiro de Russas; com um técnico da Cáritas de Limoeiro do Norte, que acompanha as comunidades dos três municípios atingidos pelo perímetro; e com um professor pesquisador da Universidade Federal do Ceará, do campus de Limoeiro do Norte, que estuda a região e os conflitos relacionados ao PITR e outros perímetros. Portanto, totalizando 13 entrevistados.

Esse estudo está constituído de três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo trata sobre a teoria da utilização e a exploração dos recursos naturais pelo homem. Aborda também o processo de colonização e apropriação dos recursos de uso comum do sertão Nordestino. O segundo capítulo contextualiza as políticas e atuação do Estado Brasileiro no Nordeste, através da modernização econômica com implementação de grandes obras hídricas e perímetros irrigados. Faz um resgate histórico da Política Nacional de Irrigação e Implantação dos Perímetros de Irrigação no Nordeste com ênfase no estado Ceará. O terceiro capítulo trata da caracterização geral do PITR e analisa o conflito socioambiental na desapropriação da sua Segunda Etapa. Também são analisadas as formas de resistência, as conquistas e as mudanças nas atividades socioprodutivas da comunidade.

Por fim nas “Considerações Finais” é feito um apanhado síntese de todos os resultados a partir dessa pesquisa respondendo os questionamentos elencados constituindo a conclusão desse trabalho.

1. CARACTERIZAÇÃO DA TEORIA DO USO DOS RECURSOS COMUNS.

As ideias formuladas nesse Capítulo foram inspiradas em autores que discutem a teoria dos Recursos de Uso Comuns – RUC, especialmente Alves (2012). Essa teoria parte da ideia que a utilização e exploração dos recursos e bens naturais, como terra e água, estão destinados a degradação massiva pelo uso irracional do homem “[...] frente a situações dessa natureza, os indivíduos defenderiam preferencialmente seus interesses pessoais, tornando inviável a ação coletiva para a regulação do uso de tais recursos [...]”. (HARDIN, 1968 apud ALVES, 2012, p. 35).

Hardin (1968 apud ALVES 2012, p. 35) utilizou um exemplo da:

[...] exploração de pastos abertos e não submetidos a regras de uso comum. Sendo a área comum, os custos de utilização seriam compartilhados entre todos os usuários, o que levaria cada um a tomar a decisão racional de colocar mais e mais animais, chegando ao ponto de esgotar os recursos. Para o autor, a liberdade de cada um para utilizar recursos limitados de forma a aumentar indefinidamente seus ganhos individuais, resulta na ruína de todos.

Para a utilização dos recursos é sugerido duas formas para evitar a degradação dos recursos de uso comum pelo homem:

[...] privatização, atribuindo ao mercado o papel de regulador do seu acesso e uso; gestão direta do Estado, a quem caberia à imposição de regras de acesso e uso e punição pelo não cumprimento das determinações. Suas argumentações e sugestões têm exercido influência na formulação de políticas públicas e no pensamento de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. (ALVES, 2012, p.35).

Para Alves (2012, p. 35) a ideia de Hardin (1968) “[...] é um caso típico da versão clássica do dilema do prisioneiro, criado na década de 1950, e que se tornou o exemplo mais utilizado na Teoria dos Jogos² [...]”. A formulação desenvolvida na metade do século XX chamada de Teoria dos Jogos “[...] tem como base a ideia de que é possível tratar matematicamente situações de conflito de interesses [...]”. (SOUSA, 2003, ALVES, 2012).

O dilema do prisioneiro foi muito utilizado para interpretar situações adversas, onde através de um jogo se observa as possibilidades das pessoas cooperarem, ou haver deserção dos parceiros de jogo. O dilema parte do objetivo de cada pessoa que entra no jogo apenas para defender seus próprios interesses (ALVES, 2012).

No primeiro momento de abordagem Hardin (1968 apud ALVES, 2012, p. 36) ele não

² Segundo Sousa (2003, p. 14) “A Teoria dos Jogos é a teoria que procura explicar as mais diversas situações, concebendo-as como jogos, não se restringindo a nenhuma área do conhecimento. A Teoria dos Jogos possui o objetivo de compreender a lógica dos processos de decisão e ajudar a responder as seguintes questões: o que é necessário para haver colaboração entre os jogadores? Em que situação o mais racional é não cooperar? Que políticas devem ser empregadas para garantir a cooperação entre os jogadores? ”.

traz a ação coletiva como alternativa de explorar os recursos de uso comum de forma sustentável.

No entanto, refere-se à necessidade de criação de arranjos sociais para gerar a [...] coerção mútua, mutuamente acordada pela maioria das pessoas afetadas (1968, p. 1247, [tradução livre do inglês]). Ainda que pareça que Hardin se referiu a instituições estatais, tais arranjos poderiam ser pensados no âmbito dos arranjos institucionais discutidos pelos autores proponentes da Teoria dos Recursos Comuns. Esses arranjos seriam responsáveis pela estrutura que garantiria a coerção mencionada. Assim, mesmo que implicitamente, Hardin admite uma fuga da tragédia dos comuns via ação coletiva, visto que não é possível a [...] coerção mútua, mutuamente acordada [...] sem que haja ação coletiva [...].

A problematização enfatizada por Hardin (1968) é levada no pensamento da propriedade de livre acesso e não propriedade comunal. Há uma diferenciação fundamental referente à regulamentação perante esses dois exemplos de propriedade, pois para a de livre acesso ele defende o regime caracterizado pelo não regramento sobre o acesso e o uso dos recursos comuns. Referente à propriedade comunal o acesso e o uso dos recursos comuns teriam regulação e regras para o acesso através de normas sociais impondo limites aos usuários (ALVES, 2012).

Alguns anos antes da discussão abordada por Hardin, Olson (1965), fazia uma análise a partir das organizações de grupos de interesse comuns. Olson desenvolveu o contexto que se “[...] os interesses individuais entram em contradição com os interesses do grupo, o indivíduo age em função da defesa dos seus interesses próprios [...]”. (ALVES, 2012, p. 37).

Os argumentos trazidos por Olson é que os indivíduos têm pouca motivação para construir a ação coletiva, percebendo que não podem ser impedidos ao uso dos recursos e benefícios alcançados (ALVES, 2012).

As formulações dos autores Olson e Hardin contribuem para o desenho da gestão dos Recursos de Uso Comuns, porem suas análises são de campos diferentes, onde suas interpretações partem das mesmas problematizações, destacando como é difícil um grupo de pessoas atender uma ação coletiva. Portanto, como analisam os dois autores, nem sempre esses grupos comportam-se desse modo sendo suas interpretações criticadas por esconderem características essenciais dos fenômenos sociais (ALVES, 2012).

A partir dessas teorias de análise os autores, conforme Alves (2012, p. 38) “[...] desconsideram que normas, valores ou padrões culturais podem criar condições que levam os indivíduos a participar de ações coletivas sem a necessidade de sanções ou incentivos externos [...]”.

Para Ostrom (1990) as soluções trazidas por Hardin (1968) para evitar a degradação massiva dos recursos comuns não são as únicas soluções e nem as mais eficientes,

especialmente para regular os usuários e preservar os Recursos de Uso Comuns. Ostrom propõem, como terceira forma de regulação dos recursos, que seria através de instituições duráveis com organização e gestão do RUC de responsabilidades dos próprios usuários (OSTROM, 1990 apud ALVES, 2012).

A partir da análise de Ostrom sobre a teoria de Hardin, comenta que as duas alternativas trazidas como forma de reger o uso dos recursos através da privatização e propriedade estatal poderão ser sujeitos ao fracasso em alguma circunstância (OSTROM 1999 apud ALVES 2012).

Para Simões, Macedo, Babo (2011, p. 6):

O sucesso da gestão de bens comuns passa por uma governança eficaz dos recursos, administrada por pequenos grupos de utilizadores desses mesmos recursos, e que interagem segundo um conjunto de regras comuns, respeitadas e aceites pelo grupo, envolvendo instituições em distintas escalas. Os recursos em questão são necessários para todos, constituem fontes de rendimento ou meios produtivos e são necessários para o bem-estar humano, daí a necessidade de serem geridos através de um processo sustentável. O maior desafio desta proposta reside na gestão de recursos comuns a grande escala, não se restringindo a uma aldeia ou até mesmo a um único país, como por exemplo, uma grande bacia hidrográfica.

A partir das reflexões teóricas do uso dos recursos comuns e alternativas de governança propostas pelos autores, discute-se na seção seguinte o processo de ocupação e apropriação dos recursos do Nordeste no período de colonização do Brasil.

1.1 Ocupação e Apropriação dos Recursos do Território Nordestino

A ocupação das Américas deu-se pelos espanhóis e portugueses com objetivos comerciais de exploração, como forma de resolver as dificuldades de abastecimento do mercado europeu com os produtos orientais (ALVES, 2012, p. 75).

Os colonizadores portugueses para ocupar o território brasileiro, implantaram o plano de ocupação das terras dividindo-as em grandes propriedades (Sesmaria), com exploração do trabalho escravo em grandes áreas de produção açucareira, primeira atividade produtiva na época das grandes fazendas. Segundo Alves (2012, p. 75) nesse momento:

[...] entrava em cena o regime jurídico de repartição de terras em sesmarias, a grande propriedade e o trabalho escravo. Com isso, criava-se um instrumento de ocupação de vastas áreas do novo território e, sobretudo, instalava-se uma empresa com o retorno econômico fundamental para investimento na defesa contra outros invasores europeus.

Originou-se assim, a primeira forma de ocupação do território a partir da colonização portuguesa, instalando-se grande empreendimento de produção de cana de açúcar para abastecer o mercado europeu (ALVES, 2012). Nessa primeira fase da história da ocupação do

território e uso dos recursos comuns brasileiros, as terras foram divididas em capitânicas hereditárias politicamente independentes, sendo governadas pelos capitães donatários que tinham direito de posse demandados pela nobreza (GIRÃO, 2000, ALVES, 2012).

Segundo Alves (2012, p. 76) o regime adotado pelos colonizadores Portugueses já era desenvolvido desde 1375 em Portugal e no Brasil durou cerca de 300 anos. A divisão das sesmarias foi calculada em léguas³, tendo como horizonte a orla marítima em direção ao sertão e a linha do equador, pois a Coroa Portuguesa na época almejava apropriar-se do território o mais rápido possível, para explorar os recursos naturais disponíveis na área das colônias (ALVES, 2012; ALVES; BURSZTYN; CHACON, 2017).

Para Faoro (2001) comentada por Alves (2012), a característica de exploração defendida pela Coroa Portuguesa era embasada no conceito de terra como extensão da pessoa, da família, onde todas as pessoas que aventurassem pelo sertão explorando o território deveriam ser submetidos e dependentes dos sesmeiros⁴, surgindo “[...] os primeiros sinais da força que viria a desfrutar a grande propriedade privada no Brasil [...]”. (ALVES, 2012, p. 76).

Para Alves (2012, p. 77) a demarcação do território a ser explorado era de responsabilidade do sesmeiro, que cobraria uma taxa sobre a produção da área demarcada, no entanto, aconteceu o oposto ao almejado pela coroa portuguesa, pois “[...] ao invés de servir para repartir as terras da nova colônia, as sesmarias transformaram-se num instrumento de concentração fundiária e também de poder e regalias [...]”.

A capitania do Ceará foi um exemplo da concentração da terra no Nordeste no período colonial. Os sesmeiros conseguiram reunir em seus poderes em torno de 22 sesmarias, transformando-se em latifundiários na época. A partir da concentração de terra surgem novos exploradores das terras, como os posseiros e arrendatários, que nesse novo momento pagavam os tributos ao sesmeiro pela renda da terra (ALVES, 2012).

A partir do século XVII, a constituição dos latifúndios se intensifica através da expansão da economia açucareira, o que demandou animais bovinos para tração e transporte, carne e couro, impulsionando a economia pecuária no Brasil. As duas atividades econômica necessitavam de vasto território. A economia açucareira repeliu o gado para o agreste e sertão nordestino, migrando pelas margens dos rios São Francisco, Bacia do Rio Parnaíba e nas fronteiras de Piauí e Maranhão (GIRÃO, 1995, ALVES, 2012).

Até o século XVIII a atividade pecuária, no Nordeste, era considerada nômade, pelas

³ Unidade de Medida referente a 6.600 metros.

⁴ Pessoa responsável pela demarcação das terras durante o regime das sesmarias.

múltiplas migrações dos portugueses. Anos mais tarde as terras do Nordeste foram ocupadas por grandes fazendas de criação de gado para cria e engorda em currais desenvolvidos pelos fazendeiros na época. As fazendas eram administradas por vaqueiros, homens livres responsáveis para tais atividades. Foi o fluxo do gado nessas áreas o responsável pela formação dos primeiros povoados no sertão, a exemplo de Aracati, Icó e Sobral, no Ceará (ALVES, 2012).

A partir da segunda metade do século XVIII, a economia nordestina deixou de ser exclusivamente pecuarista, crescendo o número de propriedade a desenvolver atividades agrícolas. O algodão foi uma das principais atividades que se destacou no sertão nordestino, por ser uma cultura já desenvolvida pelos indígenas, os novos colonizadores (portugueses) desenvolveram com facilidade o cultivo da cultura na região (GIRÃO, 2000, ALVES 2012).

A cultura do algodão no Nordeste promoveu mudança no modelo de economia, alterando a estrutura fundiária e as relações de trabalho existentes no sertão. Tal mudança obrigou as fazendas reduzir a mão de obra escrava, permitindo que os fazendeiros obrigassem os moradores e agregados ampliar suas plantações de mandioca, milho e feijão. Muitos agricultores tiveram então a oportunidade de associar essas culturas de subsistência para o autoconsumo (SANTOS, 2010).

O conjunto dessas mudanças na econômica nordestina repercutiu na estrutura fundiária de todo o sertão, promovendo transformações importantes desde o século XVIII e estendendo-se até o início do século XX. A consequência é que até os dias atuais persiste uma estrutura fundiária concentrada, em que um grande número de minifúndios convive com um pequeno número de latifúndios que concentra a grande parte das terras do sertão (ALVES, 2012, p 83).

Nesse contexto no território nordestino, apesar das mudanças ocorridas ao longo da história de colonização do seu território, ainda hoje se preserva grandes latifúndios concentrados nas mãos de poucos. Passa-se a considerar o uso e apropriação dos recursos no sertão do Nordeste.

1.2 Colonização dos Recursos de Uso Comuns no Sertão.

No processo de colonização do Brasil e do Nordeste, os portugueses desenvolveram várias atividades produtivas colonizadoras a fim de apropriar-se de todo o território e abastecer o mercado europeu com os produtos aqui produzidos. Nesse período de colonização portuguesa existiram quatro grandes formas de apropriação e posse de uso da terra no território nordestino.

Para Teixeira da Silva (1997, p. 10) as quatro grandes formas de posse e uso da terra

no Nordeste foram:

[...] a. a grande propriedade, de origem sesmarial, com exploração direta e trabalho escravo; b. sítios e situações, terras arrendadas por um foro contratual, com gerência do foreiro e trabalho escravo; c. terras indivisas ou comuns, de propriedade comum não são terras devolutas, nem da Coroa, exploração direta, com caráter de pequena produção escravista ou familiar, muitas vezes dedicada à criação de gado de pequeno porte; d. áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais, utilizados pelos grandes criadores e pelas comunas rurais.

O processo de colonização e ocupação do sertão nordestino foi a partir das sesmarias destinadas para a atividade açucareira e conseqüentemente a produção de gado que se interiorizou pelos rios em direção ao sertão. A atividade pecuária desenvolvida pela colonização no território nordestino se caracterizou pelo pastoreio de grandes extensões de terras comunais de soltas. O pastoreio desses animais nos campos comuns de soltas eram regulados pelos vaqueiros das sesmarias ou das fazendas (ALVES, 2012).

Nesse período eram realizados encontros por vários vaqueiros das sesmarias em pontos estratégicos, que permitiam fazer à junta e a ferra dos animais. Segundo Teixeira da Silva (1997) e Alves (2012), a junta e a ferra do gado nos encontros das sesmarias no Ceará, eram tidos como momentos festivos e que a partir desses encontros surgiu à vaquejada no Nordeste. Segundo ainda os dois autores, até o século XX não existia cerca de arame farpado e a divisão entre as fazendas era de cercas de varas, pedras e galhos. Só a partir da segunda metade do século XX, acontece de fato o aceleramento da implantação das cercas de arame farpado no Nordeste, restringindo o acesso dos animais aos recursos comuns, ou seja, as terras de soltas.

Nesse mesmo período surge, em conjunto com as cercas, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que nos seus primeiros anos de funcionamento financiou projetos ligados à agropecuária para investir no cerceamento das propriedades rurais.

A contribuição do BNB deveu-se ao fato de que durante os seus primeiros anos de funcionamento, o financiamento de projetos agropecuários exigia a inclusão de uma rubrica de investimento destinada ao cercamento das propriedades rurais. Esse era o mecanismo utilizado pelo Banco para garantir o retorno do crédito concedido ao setor produtivo. Muitos dos imóveis cercados em decorrência dessa exigência, inclusive, viriam a ser objeto de conflitos no sertão, pelo fato de resultarem em áreas que ultrapassavam os limites reais do domínio, ou seja, invadiam propriedades alheias (ALVES, 2012, p. 85).

As formas adotadas nas explorações das fazendas de regime pecuarista deixaram brechas para outros métodos de apropriação e uso dos recursos comuns. Um deles foi à permissão de moradores e agregados a desenvolverem atividades agrícolas e criações de pequenos animais para o sustento das famílias (TEIXEIRA DA SILVA, 1997, ALVES 2012).

De acordo com Alves (2012, p. 87) a forma de ocupação das terras do sertão ocorreu para que aos poucos, “[...] impusessem modalidades de uso da terra distintas e paralelas àquela pensada pela Coroa, em particular, modalidades de uso comunal, em oposição à propriedade privada individual [...]”.

Para Teixeira da Silva (1997, p. 6), “[...] Mesmo após 1850, com a nova Lei de Terras, não se deu qualquer mudança fundamental no regime de posse e uso da terra [...]”. A lei na verdade gerou mudanças no regime jurídico inserindo a modalidade das terras devolutas para apropriação individual (CAMPOS, 2000, ALVES 2012).

Com os efeitos da legislação, transformações econômicas e sociais no processo de formação do Brasil, ocasionaram a diminuição de diversas modalidades de ocupações de uso comunal da terra, porém em algumas regiões do sertão nordestino resistiram e persistiram o desenvolvimento de algumas modalidades, como o sistema de uso comunitário dos recursos comuns pelos pequenos agricultores. Para Almeida (2009, p. 87), partindo da análise de utilização de algumas situações:

[...] o controle dos recursos básicos não é exercido livre e de maneira individual por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social.

Portanto, Alves (2010) afirma que os recursos naturais de uso comunal, não são objetos de apropriação privada. Esses recursos são regulados e controlados pelos grupos de agricultores que os usam, diante das relações sociais construídas nas comunidades que os mesmos vivem. Almeida (2009) enfatiza como era o uso comunal das terras no Brasil, diferenciando-se de acordo com cada região explorada. O autor descreve ainda que essas terras eram conhecidas por terras de índios, terras de pretos, terra de santos, terras de herança, terras de soltas.

As *terras de índio* correspondem a doações e concessões feitas pelo Estado em função de serviços prestados por essas populações. Apesar do processo de destribalização e perda gradativa de identidade étnica, as terras permanecem indivisas e são denominadas de terras comuns. Ocorrem em vários pontos do sertão nordestino e não correspondem às áreas legalmente demarcadas como terras indígenas. As *terras de preto* são pertencentes à ex-escravos (Maranhão, Bahia, Pará, São Paulo e Minas Gerais) e por várias gerações têm permanecido indivisas. Nessa denominação se incluem propriedades doadas, entregues ou mesmo adquiridas (independente de serem ou não formalizadas juridicamente), as concessões feitas pelo Estado (por serviços prestados), os antigos quilombos e as áreas de negros alforriados no Maranhão, Tocantins, Goiás e São Paulo. As *terras de santo* e as terras de Irmandade têm origem nos domínios da Igreja. Terras exploradas por ordens religiosas foram abandonadas ou entregues aos moradores,

agregados e índios que nelas trabalhavam. As principais ocorrências são no Maranhão, na zona da mata e nas áreas de expansão da pecuária do sertão nordestino. A denominação *terras de herança* (terras de herdeiros ou terras de parentes) é dada a espólios de terras tituladas, mas que não passaram pelo processo formal de partilha ou revalidação por meio de inventário após a morte dos titulares de direito, permanecendo indivisas por diversas gerações (ALVES, 2012, p. 88, grifo nosso).

As terras de soltas, comentada por Teixeira da Silva (1997), foram bastante difundidas nos pastoreios de ocupação da agropecuária no sertão nordestino. Embora essa modalidade de uso da terra tenha sido reduzida na atualidade, em algumas regiões do Ceará, como a região do Tabuleiro de Russas, localizada no médio Jaguaribe, os agricultores das comunidades ainda desenvolvem e resistem em manter essa forma de uso desse recurso comunal. Por fim, essas modalidades aqui destacadas e enfatizadas pelos autores, apontam que o uso dos recursos comuns no sertão por parte dos agricultores foi para desenvolver a agricultura de subsistência, para autoconsumo, com elevado grau de organização comunitária.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SERTÃO NORDESTINO: DO COMBATE A SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMI ÁRIDO

Historicamente o sertão Nordeste foi conhecido como espaço de atraso econômico, pobreza e miséria, causados pelos fortes secas existentes na região. Para Silva (2003) a imagem criada do semiárido Nordeste, que sempre foi tido como problema, foi uma estratégia para conseguir recursos e obras para benefícios das elites dominantes locais.

Em 1950 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) coordenado por Celso Furtado “[...] confirma que as ações governamentais de combate à seca, além de ineficazes, contribuíram para reprodução das crenças difundidas pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional [...]” (SILVA, 2003, p. 364).

Para Silva (2003, p. 364), a partir dos anos 1960, intensifica-se no Nordeste o processo de modernização econômica, com implementação de áreas de irrigação para o desenvolvimento:

[...] começa a ser construída outra imagem do semiárido brasileiro, com a implantação de polos agroindustriais que se especializaram em fruticultura irrigada para exportação. A irrigação ganhou força ao lado da solução hídrica e passou a se constituir em sonho de redenção regional.

Conforme Alves (2012, p. 95) as políticas iniciais de modernização a partir de grandes construções de barragens e açudes para o combate à “seca no semiárido”:

[...] são fundadas nesse modelo de desenvolvimento, cuja base é a visão moderna de progresso. Visam ao controle ou correção da natureza para solucionar o problema das secas. Em grande medida, as intervenções buscam soluções hidráulicas de combate à seca (e aos seus efeitos) e o desenvolvimento de projetos de irrigação orientados para o mercado externo.

De 1970 a 1980, o Estado continuou a aplicar políticas no sertão nordestino, agora com o discurso de “fixação do homem no campo”, com investimentos seletivos voltados para modernização da agricultura irrigada e pecuária. Para Alves (2012), esse tipo de investimentos causou agravamentos da estrutura fundiária do semiárido provocando o êxodo dos pequenos agricultores do campo para a cidade.

Em contraponto das políticas em desenvolvimento no semiárido, a partir de várias proposições críticas do que estava acontecendo no Nordeste, um grupo de autores brasileiros nos anos 1980 apresentam propostas de desenvolvimento na concepção de práticas sustentáveis de Convivência com a Seca e com o Semiárido (SILVA, 2003).

Diante dessas ideias várias Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições públicas, entre elas a EMBRAPA:

[...] desenvolvem propostas e experiências (alternativas) no âmbito da Convivência com o Semiárido. Tais experiências priorizam a implantação de tecnologias hídricas e de produção apropriadas ao contexto ambiental do sertão semiárido e à realidade socioeconômica e cultural de sua população (ALVES, 2012, p. 96).

Em 1982, a Embrapa divulgou um documento intitulado *convivência do homem com a seca*, sugerindo a implantação de sistemas de exploração de propriedades agrícolas para assegurar a convivência do homem com a seca (SILVA, 2003, p. 363).

Segundo Alves (2012, p. 96) a proposta de Convivência com a Seca e com o Semiárido:

[...] não nasceu de um evento específico. Ela é fruto da maturação de um longo processo de ações e críticas ao modo de intervenção no Semiárido. Por isso, o “mote” é a contraposição à lógica do Combate à Seca e às práticas clientelistas tradicionais na Região, mas nela estão embutidos vários significados[...].

Já para Silva (2006, p 226):

Não se trata simplesmente de novas técnicas, de novas atividades e práticas produtivas e de ações socioculturais. A convivência é uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriadas à semiaridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação.

Ainda nesse contexto de novas alternativas de convivência com o semiárido, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), nascida na década de 1990, foi fundamental na contribuição de programas de convivências com o semiárido, através de implementação de cisternas de placas para captação de água da chuva. Segundo Alves (2012, p. 98) um dos programas da ASA no semiárido:

O PIMC (Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas) é o grande projeto assumido pela ASA - Brasil, ainda em 1999, no âmbito da proposta de Convivência com o Semiárido, sendo o marco inicial nas ações concretas de Convivência dessa Entidade.

O processo utilizado da entidade para implementação das cisternas de placas busca enraizar uma cultura de autonomia das famílias a partir da formação e capacitação através da construção dessa tecnologia que revolucionou o Nordeste. Até os anos 2010, notou-se vários avanços nas políticas públicas, não só de combate à seca e convivência com o semiárido. Também se avançou com programas de acesso a crédito rural, que deram oportunidades ao homem do campo investir na sua produção e venda dos alimentos produzidos nas pequenas propriedades através dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional

de Alimentação Escola (PNAE). Porém essas políticas públicas, em conjunto com os programas sociais voltados para os pequenos, ainda não são suficientes para atenderem todos os trabalhadores do campo.

Para Silva (2006, p. 89, 90), as principais ações dos governos, são em virtude das elites e grandes latifundiários do Nordeste:

[...] sinais claros de permanência ou continuidade das características das concepções e práticas que têm predominado, historicamente, nas políticas públicas no Semiárido brasileiro, visões distorcidas e reducionistas sobre a realidade e os problemas regionais: concepções e práticas tecnicistas, parciais e descontinuadas na intervenção local; predominância dos interesses econômicos na ocupação e exploração dos recursos naturais e dos esforços produtivos da população sertaneja; e práticas políticas patrimonialistas, que privilegiam grupos dominantes regionais..

Prova clara é a política nacional de irrigação que em seu nascimento, surge como ação principal na resolução dos problemas da seca do Nordeste, com véis modernizador da agricultura. Essa política pública, que tinha como objetivo dar acesso à terra aos pequenos agricultores, se voltou a beneficiar aos grandes empresários do ramo da agricultura irrigada. O subitem que segue contextualiza a história dos perímetros públicos irrigados e entidades que contribuíram para a disseminação dessa política no Nordeste.

2.1 Contextualização histórica da irrigação e dos Perímetros Públicos Irrigados.

Até meados do século XIX a escassez de água da chuva no Nordeste não representava problema nacional, porém a partir da seca de 1877 esse cenário muda de configuração, “[...] a escassez ou a irregularidade de chuvas deixa de ser apenas uma questão climática para se tornar um fenômeno social, com implicações na economia brasileira que o Império não podia ignorar [...]”. (SOUSA, 2005, p. 41).

Nesse contexto, o Império atuava apenas com medidas assistencialistas aos menos favorecidos do Nordeste com a distribuição de alimentos e criação de frentes emergenciais de trabalho em obras públicas como forma distribuição de renda. Um exemplo dessas obras foi a estrada de ferro de Baturité e o calçamento das ruas de Fortaleza, no Ceará (SOUSA, 2005).

Segundo Sousa (2005) sob o signo da modernidade e a recém-criada República, ocorreu a criação de uma série de entidades voltadas as questões climáticas, disponibilidade hídrica e de obras contra a seca. Uma das primeiras entidades foi a Inspeção de Obras Contra Seca (IOCS) em 1909, logo em seguida em 1919, foi transformada na Inspeção Federal de Obras Contra Seca (IFOCS). A partir de então, com os problemas climáticos de escassez d’água no Nordeste, o governo federal começava a intervir com ações concretas, como a construção de barragens, açudes e poços destinados ao combate da seca e armazenagem

d'água da chuva para ser usada em período crítico de estiagem. Tais ações foram denominadas pelo Governo Federal na época como solução ou fase hidráulica, onde os estudos eram voltados para o solo e clima nas áreas de reservatórios de acumulação d'água.

Ainda segundo Sousa (2005, p. 42):

A solução hidráulica, contudo, não resolveu os graves problemas sociais e econômicos e correntes da escassez de chuvas, na medida que preservou a estrutura fundiária regional e a base técnica arcaica da produção, além de manter intocável a força política das oligarquias agrárias.

Nas décadas de 1930 e 1940 a irrigação no Nordeste começa a desenvolver-se em áreas de açudes públicos, como o de São Gonçalo, na Paraíba e no açude de Cedro, no Ceará, onde as águas eram utilizadas para irrigar 500ha de terras arrendadas para pequenos produtores que produziam cereais, algodão e forrageiras. Em 1945 acontece a mudança do IFOCS para o Departamento de Obras Contra Seca (DNOCS), com o mesmo papel do órgão anterior, ou seja, continuar a implantação de infraestruturas físicas e obras de engenharia para o Nordeste (SOUSA, 2005).

O DNOCS no Nordeste passa ser o principal órgão a potencializar a irrigação com suas grandes obras de infraestrutura hídrica de combate à seca, como explica Sousa (2005, p.43)

Com a perenização dos rios, o DNOCS passa a aproveitar as águas dos açudes públicos para a prática da irrigação, pecuária e piscicultura. Em 1950, todavia, apenas cinco açudes construídos pelo governo federal detinham redes de irrigação que, por sua vez, abrangiam cerca de 10.000ha, entretanto apenas 2.000ha eram efetivamente irrigados.

Para o processo avançar através da agricultura modernizada de combate à desigualdade no Nordeste, o governo federal com o discurso de combate à seca, proporcionou a criação de novas instituições com o objetivo de intervir com mais força no Nordeste a fim de combater a disparidade econômica com as outras regiões do País. Foi criada a Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco (CHESF) e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), ambas em 1948, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956.

Em 1959 é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para assumir um processo de intervenção mais efetivo, visando a execução de novas políticas regionais demonstrando caráter de mudança no papel do Estado passando a intervir com ações planejadas com programas de financiamentos e reestruturação para modernização das indústrias da região Nordeste (XIMENES 2015).

Segundo Bursztyrn (1985 Apud XIMENES, 2015, p. 71) a criação da SUDENE para atuar nos estados do Nordeste:

[...] se caracterizou como uma mudança de comportamento das instituições encarregadas da questão da seca e passam a contribuir com a consolidação da modernização conservadora no campo. O Estado foi um dos principais condutores desse processo, através de uma série de políticas públicas que procuraram adaptar a agropecuária às exigências do avanço do capitalismo. Coube a SUDENE se responsabilizar pelo desenvolvimento e planejamento regional, tendo como objetivo a reorganização da economia do Semiárido do Nordeste brasileiro, com a abertura das frentes de colonização nos vales úmidos maranhenses, a promoção da irrigação no Polígono das Secas e a intensificação dos investimentos industriais.

Segundo Sousa (2005, p.44) a SUDENE cumpriria o papel fundamental de desenvolver e planejar “[...] tendo como objetivo a reorganização da economia do semiárido do Nordeste brasileiro, com a abertura das frentes de colonização nos vales úmidos maranhenses, a promoção da irrigação no Polígono das Secas e a intensificação dos investimentos industriais [...]”.

Nesse período em que a SUDENE implementava as mudanças conservadoras de desenvolvimento do campo, houveram levantes de camponeses do campo organizados nas Ligas Camponesas no Nordeste combatendo a entrada do capital no campo.

Em meio às mudanças impostas pela Nova Fase, os camponeses permanecem mobilizados e organizados sob a liderança das Ligas Camponesas, que dentre outras ações promoveram uma redefinição política das classes no campo. Estas prestavam ainda serviços aos agricultores, dentre estes assistência jurídica. (XIMENES, 2015, p. 72).

Na década de 1960 os camponeses organizados nas Ligas apresentaram ao Estado sua principal reivindicação que era a Reforma Agrária, marcando um novo momento no campo de denúncia da concentração fundiária e pedindo a divisão das terras para os agricultores do campo. Outro aspecto da luta dos camponeses era motivado pelo descontentamento pelas implantações das indústrias no Nordeste “[...] incentivadas por medidas estatais, via SUDENE, à medida que se percebia maior preocupação com o setor urbano-industrial, ficando o campo submetido à execução de políticas traçadas para atender à demanda deste setor [...]”. (XIMENES, 2015, p. 72, 73).

Segundo Carvalho (1980 apud XIMENES, 2015, p. 72), o novo momento é marcado por:

[...] uma nova realidade política no Nordeste. Se, até então, só as classes dominantes conseguiam o controle total das manifestações políticas pelo Nordeste, identificando seus interesses com a região inteira, e participavam do bloco agrário industrial como parceiros sem contestação, de agora em diante a dinâmica será outra. A presença da massa camponesa, dos trabalhadores rurais e dos setores sociais engajados no

projeto de transformação constituirá o alicerce de uma nova ordem social.

No momento crucial da nova realidade política de luta pela terra no Brasil, esse acontecimento muda segundo Ximenes (2015, p. 73):

A conjuntura política apresentada sofre alterações no ano de 1964, quando apoiados por uma aliança que contava com o apoio do governo norte americano e da burguesia urbana e rural, os militares instauraram um Golpe o qual imporia por 21 anos um governo de Regime Ditatorial Militar no Brasil. O referido Governo reprimiu violentamente toda e qualquer forma de luta social. Com isto houve um silenciamento destas forças populares.

Apesar da intervenção militar, com perseguição das organizações do campo, os projetos de irrigação não saíram de foco, e na compreensão de desenvolvimento regional o GTDN abordava ideias centrais para o avanço do Nordeste que eram:

[...] (i) a necessidade de modernização da agricultura, tornando-a empresarial e lucrativa, uma vez que o “subdesenvolvimento” teria raízes no tradicional setor agrícola vigente no semiárido Nordeste; (ii) a assistência internacional, mediante a transferência de capitais e tecnologias, para transformar a agricultura de subsistência numa agricultura capitalista. (SOUSA, 2005, p. 44).

Para Freitas (2010), a fase de modernização implantada no País pela ditadura militar através dos perímetros irrigados como uma “onda de progresso” foi uma manobra para não resolver os problemas da concentração de terra e combater a luta pela terra no Brasil.

[...] os perímetros irrigados se propagaram como uma onda de progresso, momento em que a agricultura passou por transformações na sua base técnica, com a intensificação das “revoluções agrícolas”/“revolução verde” provindas dos países industrializados. A mecanização no sistema produtivo e o uso intenso de insumos artificiais e da biotecnologia na atividade agrícola, bem como a emergência de novas relações de trabalho, se materializaram em determinados subespaços do Nordeste brasileiro. Como o objetivo era racionalizar os espaços, delimitaram os denominados “polos de desenvolvimento”, que alavancaram a modernização do campo. O projeto dos perímetros irrigados materializou, seletivamente, essa política. Além disso, o projeto dos perímetros tinha o objetivo de amenizar os conflitos sociais que provinham, principalmente, das lutas das Ligas Camponesas. Na verdade, a política de irrigação acabou inviabilizou uma verdadeira reforma agrária. (FREITAS, p. 51,52).

A partir do diagnóstico dos GISF e GEVJ, a SUDENE, entre 1961 e 1963, propôs dois projetos com o objetivo de transformar a agropecuária nordestina, com vistas a dinamizar a conjuntura econômica e social da região. Segundo esses projetos seria necessário criar pontos de colonização com irrigação nas bacias de açudes e barragens públicas, com solos úmidos e férteis. Para isso seria necessário a desapropriação dessas terras e implementar a irrigação com cultivos de alimentos de caráter familiar (SOUSA, 2005).

Para Ximenes (2015, p. 77) a partir do surgimento da SUDENE se vivência duas fases na irrigação no Nordeste, das quais se diferenciam pelo estado capitalista onde muda a

estratégia política através da entrada do neoliberalismo na economia brasileira. Para Freitas (2010, p.52):

[...] da modernização da agricultura no Nordeste, duas fases são bem definidas, com feições diferenciadas em sua estrutura e objetivos: 1 os perímetros da década de 1970 que mantiveram relações “assistencialistas” e inseriram, em primeiro momento, parte dos agricultores familiares camponeses; 2 os perímetros a partir da década de 1990, quando ocorreu a intensificação da expropriação dos camponeses (processo iniciado na fase anterior), privilegiando assim, a “empresarização” dos perímetros públicos.

O Estado brasileiro entre os anos de 1970 a 1989 estabeleceu as condições para massificação da irrigação no Nordeste com estudos sistematizados dos solos, construções de canais com estações de bombeamento, assistência técnica voltada para produção, apoio a produção e comercialização, infraestrutura social e crédito. Elias (2002 apud SOUSA, 2005, p. 51) destaca que:

Neste primeiro momento de incentivo à irrigação, os programas propostos associavam-se à irrigação pública, aos projetos de assentamento, à produção de alimentos, à colonização e ao incentivo à produção familiar como um componente da política de desenvolvimento regional. Foram executadas obras de engenharia (irrigação, habitação, ensino, serviços, etc.), a desapropriação das terras passíveis de irrigação, a seleção e o assentamento dos colonos, assim como o gerenciamento de todos os perímetros.

Para Ximenes (2015, p, 78), ao final de cada processo de desapropriação e implantação dos Perímetros Irrigados no Nordeste:

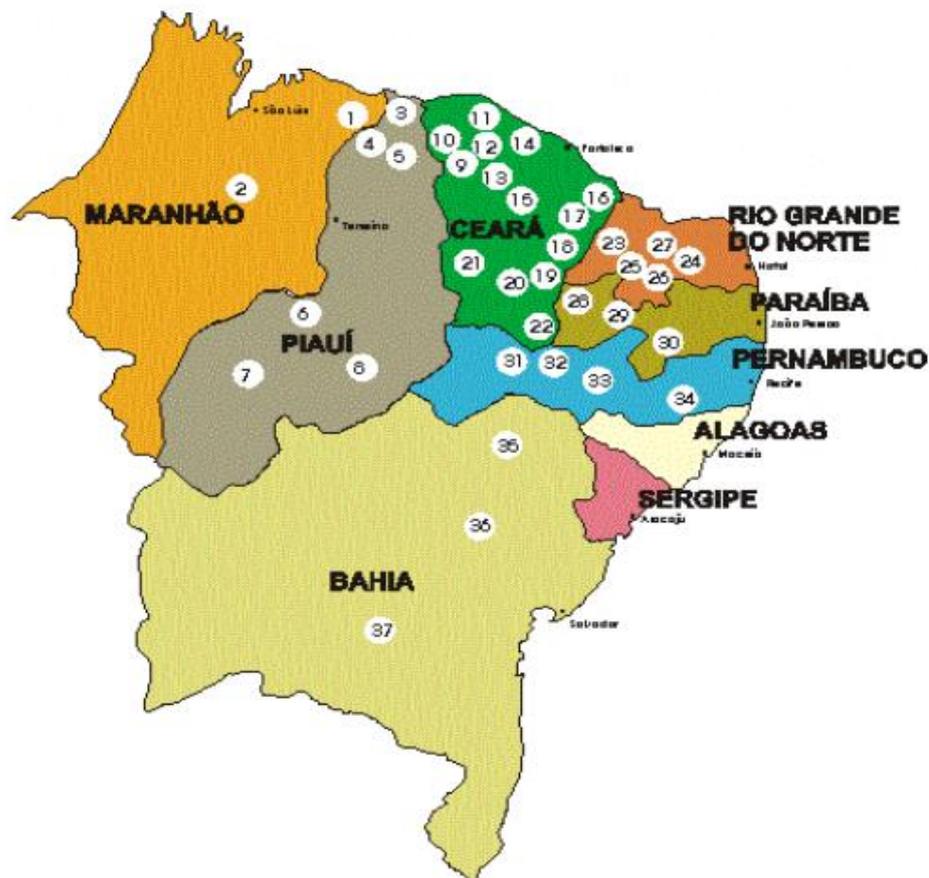
[...] ocorreu foi um desajuste ou “rearranjo”, provocado na vida dos camponeses que desenvolviam atividades em regime familiar, e que a partir da intervenção estatal, aqueles que já estavam “fixos” no campo, foram obrigados a sair daquelas terras para dar espaço à implantação de uma nova forma de viver, trabalhar e produzir a terra, a qual observava outros critérios e prioridades, criados mediante o atendimento de necessidades externas àquele território, desta forma defendia interesses alheios, e por isso estranhos àqueles camponeses intensamente atingidos por estas políticas.

Na década de 80, propôs-se passar a administração dos perímetros irrigados para os próprios irrigantes. A proposta era emancipar os perímetros após a conclusão das obras de infraestrutura e assentamento, e quando os assentados estivessem socialmente e economicamente aptos a se desenvolver, com organização interna que assegurasse a autonomia, sem dependência administrativa do Estado (COUTINHO, 2015).

Segundo Freitas (2010), dos anos 1970 a 2004 foram implementados cerca de 37 Perímetros Irrigados no Nordeste, sendo dois no Maranhão, seis no Piauí, três na Bahia, quatro no Pernambuco, três na Paraíba, cinco no Rio Grande do Norte e 14 no Ceará. Todos os perímetros foram construídos pelo DNOCS, com área de 227.870 ha como demonstra a

figura 1.

Figura 1 – Perímetros Implantados nos estados do Nordeste pelo DNOCS 1970 a 2004.



Fonte: Sínteses Informativa dos Perímetros Irrigados do DNOCS 2016.

No Ceará o DNOCS desapropriou cerca de 116.303 ha., dessas foram destinadas para irrigação cerca de 55.895 ha., distribuídos em seis grandes Polos de desenvolvimento (DNOCS, 2012).

Para a aplicação da política de irrigação no Ceará, o DNOCS através de suas políticas de açudagem com discurso de combates as secas, construiu grandes infraestruturas hídricas para garantir água para as populações de área mais secas e conseqüentemente para ofertar água para os perímetros irrigados do Estado. Os açudes construídos foram os de Orós, com capacidade 1,94 bilhões de m³, inaugurado em 1961 e o Açude Arrojado Lisboa, com capacidade de 1,7 bilhões de m³ em 1966. (FREITAS, 2010).

Mais recentemente no intuito de expandir as áreas irrigadas e garantir o abastecimento das empresas da região metropolitana e portuária do estado do Ceará, com incentivo do governo federal, o DNOCS construiu mais duas grandes barragens no baixo Jaguaribe. Em 2002 concluiu a barragem do Castanhão, com capacidade de 6,7 bilhões de m³ e a barragem do Figueiredo, com capacidade 582 milhões de m³.

A política de perímetros irrigados é viabilizada pelo diagnóstico das áreas propícias a atividades agrícolas, a partir dos estudos, o governo federal emite o decreto de utilidade pública das áreas para desapropriação, colocando à disposição para implantar os Perímetros Irrigados. Os perímetros irrigados são compostos por canais e casas de bombas para darem suporte de água aos lotes. Os principais beneficiados pelas instalações dos perímetros para produção são empresas, técnicos em agropecuária, agrônomos e pequenos produtores, que passam pelo processo de seleção para terem acessos a terra.

A tabela 1 descreve os 14 perímetros irrigados construído pelo DNOCS no estado do Ceará e os tipos de beneficiados de cada um deles.

Tabela 1 - Perímetros Irrigados do DNOCS no Ceará

Nome do perímetro	Localização dos Municípios	Início de implantação	de	Área total desapropriada	Área irrigada	Tipo de beneficiário
Araras Norte	Varjota e Reriutaba	1987		6.407,39	3.200,00	Pequenos Agricultores, Técnicos, Agrônomos e Empresas
Ayres de Souza	Sobral	1974		8.942,80	192	Pequenos Agricultores
Baixo Acaraú	- Acaraú, Bela Cruz e Marco	2001		12.407,00	8.816,61	Pequenos Agricultores, Técnicos, Agrônomos e Empresas
Forquilha	Forquilha –	1974		3.327,13	218,00	Pequenos Agricultores
Curu-Pentecoste	Pentecoste e São Luiz do Curu	1974		5.016,00	1.068,00	Pequenos Agricultores, Agrônomos
Curu-Paraipaba	Paraipaba	1974		12.347,00	3.357,00	Pequenos Agricultores, Técnicos, Agrônomos e Empresas
Morada Nova	Morada Nova e Limoeiro do Norte	1968		11.025,12	3.737,00	Pequenos Agricultores, Agrônomos
Jaguaruana	Jaguaruana	1975		343,07	202,00	Pequenos Agricultores
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro do Norte	1987		13.229,20	5.393,00	Pequenos Agricultores e Empresas
Ema	Iracema	1971		352,03	42,00	Pequenos Agricultores
Icó-Lima Campos	Icó	1969		10.583,18	2.712,00	Pequenos Agricultores
Várzea do Boi	Tauá	1973		12.878,71	326,00	Pequenos Agricultores
Quixabinha	Mauriti	1971		530,35	293,00	Pequenos Agricultores
Tabuleiro de Russas	Russas, Limoeiro, Morada Nova	1986		18.915	10.564	Pequenos Agricultores, Técnicos, Agrônomos e Empresas

Fonte: DNOCS, ADECE (2011); organizado pelo Autor 2018.

Os perímetros irrigados implantados até 1970 seguiram os moldes de colonização das terras destinadas aos colonos, famílias de pequenos agricultores. No primeiro momento dos perímetros ainda se preservavam técnicas artesanais de irrigação, a produção era diversificada com atividades agropecuária e o responsável pela manutenção dos perímetros ainda era o DNOCS (SOUSA, 2005).

Pontes *et al* (2013, p. 3216) afirma que no período até a década de 70, “[...] a política de irrigação tinha como prioridade a distribuição de lotes para a categoria dos pequenos produtores[...]”. Já os perímetros construídos a partir da década de 80, seguem moldes produtivistas, com aplicação do aparato tecnológico da irrigação nos perímetros para produção de frutíferas para exportação para outros países. Nesse novo modelo de perímetros o gerenciamento e manutenção do sistema de irrigação do projeto passaram a serem de responsabilidade de empresas criadas para gerenciar os perímetros, chamados de distritos de irrigação (SOUSA, 2005).

Tabela 2 - Distribuição das Terras dos Perímetros Irrigados do DNOCS no Estado do Ceará.

Nome do perímetro	Área destinada para pequenos agricultores	Área destinada para técnicos	Área destinada para empresas	Nº de Beneficiados por categoria		
				Peq. Agri	Técnicos e Agrônomos	Emp
Araras Norte	623,00	117,00	605,00	98	12	2
Ayres de Souza	192,00			45		
Baixo-Acaraú	3.786,12	727,96	2.884,55	470	38	33
Forquilha	167,00			68		
Curu-Pentecoste	715,00	28,00		173		1
Curu-Paraipaba	2.453,00	28,70	817,30	679	8	109
Morada Nova	3.630,00	47,00		782	3	
Jaguaruana	202,00			40		
Jaguaribe-Apodi	1.815,00		1.019,00	231		20
Ema	42,00			18		
Icó-Lima Campos	2.541,00			466		
Várzea do Boi	313,00			114		
Quixabinha	293,00			94		
Tabuleiro de Russas 1ª Etapa.	3.992	1.530	5.034	499	85	78

Fonte: DNOCS, ADECE (2011); organizado por Peixoto 2018.

Pontes *et al* (2013, p. 3216), aponta que a partir da década de 80 há uma reorganização da atuação estatal “[...] com início da privatização do território e o domínio da estrutura fundiária por parte das empresas. Comparando o número de irrigantes por categoria (pequeno

produtor *versus* empresa) e a área ocupada, é notória a dominação do território por parte das empresas[...]"

Até 1970, as terras eram destinadas principalmente aos colonos, pequenos agricultores com lotes de até 5 ha. Após os anos 70 e 80, nos perímetros passam a serem incluídos novos atores de colonização das terras, sendo técnicos, agrônomos e empresas, que também começam a estar presentes nos projetos, produzindo em grandes faixas de terras. Os lotes são caracterizados por categoria: pequeno produtor, os lotes são de até 8 ha.; técnicos, até 16 ha.; e agrônomos, até 25 ha; e as empresas, com lotes de até 150 ha. Se comparada a distribuição das terras nos novos perímetros notaremos que a empresa detém as maiores áreas irrigadas nos novos perímetros de irrigação.

A partir da tabela acima, ao se analisar o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, na Primeira Etapa, veríamos que os mais beneficiados foram os pequenos agricultores, em termos de quantidade de acesso à terra, com 499 pequenos agricultores, representando 75,4% dos beneficiários. Já técnicos e agrônomos 85 deles foram, ao todo, beneficiados, 85 representando 12,8%, e as empresas com número de 78, igual a 11,8%. Porém se fossemos analisar em termos de ocupação de território as empresas são as que mais possuem terra no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, com 5.034 ha., representando 47,7% do território. Em segundo vem os pequenos produtores, com 3.992 ha., representando 37,7% do perímetro e por último os técnicos e agrônomos, com área de 1.538 ha., representando 14,5% da área irrigada do perímetro.

A partir dessa análise é visível a ação da iniciativa privada, representadas pelas empresas do ramo do agronegócio nas áreas públicas do estado, ocupando as maiores faixas de terra, com implementação do modelo produtivista agroexportador da produção de frutíferas dentro dos perímetros públicos.

2.2 Política Nacional de Irrigação: a antiga e atual.

A História da irrigação no Brasil surge entrelaçada com a luta de combate à seca no Nordeste, pelas ações do governo federal intervindo no semiárido através das empresas estatais de desenvolvimento com obras de barragens para acumulação de água, açudes e poços, como forma de solucionar o problema na seca e modernizar a produção através da colonização das áreas úmidas do semiárido nordestino.

Em 1964, no período da ditadura militar, foi promulgada a Lei nº 4.593 de 29 de dezembro de 1964, decretando a desapropriação de faixas de terras para promover implantações de áreas irrigadas como forma de combate à seca no Nordeste.

Art. 1º A União promoverá o aproveitamento intensivo das terras irrigadas e irrigáveis pelo Poder Público, nos Estados da Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, de acordo com os planos regionais de irrigação, elaborados pelos órgãos competentes. Art. 2º Os planos de irrigação determinarão as áreas irrigáveis e as adjacentes não irrigáveis necessárias ao aproveitamento racional da terra e da água, assim como as condições do seu uso, tendo em vista os interesses econômico-sociais da região. Art. 3º As terras irrigadas em virtude de obras públicas somente serão utilizadas pela forma e para os fins permitidos nos planos de irrigação, que especificarão os casos de suspensão ou cancelamento do uso da água. Art. 4º Para possibilitar a execução dos planos de irrigação, poderão ser efetuadas desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social. Art. 5º São desapropriáveis por interesse social as terras destinadas à constituição de lotes agrícolas, assim como quaisquer outras que, segundo os planos ou projetos de irrigação, devam ser ocupadas com obras ou serviços necessários à utilidade pública dos regantes e das suas comunidades rurais. Art. 6º Nas desapropriações previstas nesta lei (art. 4º), serão excluídas indenização às valorizações decorrentes de obras hidráulicas ou complementares construídas pelo Poder Público ou por ele projetadas (BRASIL, 1964).

Para Vieira (2015, p. 47) a promulgação da lei “[...] era uma resposta à questão agrária e aos movimentos sociais que se expandiam à margem do regime militar [...]” o que foi abordado no item anterior. A irrigação no Brasil passa a ser Política Nacional a partir de 1979, pela Lei nº 6.662/79, sancionada pelo governo do presidente João Figueiredo.

Segundo Vieira (2015) a política de irrigação, posteriormente, passaria por aprimoramentos por decreto, para definir o modelo de irrigação para desenvolver e modernizar o semiárido:

Foi regulamentada somente em 1984 pelo Decreto nº 89.496/84, que por sua vez foi alterado por três vezes (Decretos nº 89.496/84, 90.309/84 e 2.178/97). Neste dispositivo foi definido, pelo Estado, o modelo de Irrigação a ser seguido por três décadas. (VIEIRA, 2015, p. 63).

Após a regulamentação da política de irrigação os objetivos definidos para as próximas três décadas descritos no artigo 1º é “[...] o aproveitamento racional de recurso de água e solos para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada, atendidos os seguintes postulados básicos [...]”. (BRASIL, 1979).

[...] (i) a função social e a utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis; ii) estímulo e maior segurança às atividades agropecuárias, prioritariamente nas regiões sujeitas à condições climáticas adversas; iii) promoção de condições que possam elevar a produção e a produtividade agrícola; iv) atuação principal e supletiva do poder público na elaboração, financiamento, execução, operação fiscalização e acompanhamento de projetos de irrigação. (BRASIL, 1979).

A seleção dos irrigantes para os projetos públicos irrigados possuíam critérios básicos estabelecidos pelo Ministério do Interior de acordo com as características locais, regionais levando em conta a pobreza e a miséria como requisito de seleção para exploração dos lotes

predominando o interesse social.

A política destaca, na seção referente ao uso do solo nos artigos 14 e 15, que os perímetros devem ser divididos em lotes familiares com dimensão que desenvolva atividades produtivas capazes de assegurar retorno econômico e social. A política previa também que as empresas poderiam participar tendo acesso aos lotes dos perímetros.

Parágrafo único - Os lotes poderão ser alienados ou cedidos a irrigantes ou cooperativas, ou, ainda, incorporados ao capital social de empresas ou sociedades civis, que tenham como objetivo a agricultura irrigada. art. 14 - As áreas dos projetos de interesse social predominante serão divididas em lotes familiares. Art. 15 - O lote familiar, cuja dimensão deverá corresponder à área mínima de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e sua família, constitui propriedade resolúvel e indivisível, de acordo com esta Lei. (BRASIL, 1979).

Nesse primeiro momento da política nacional de irrigação demonstra o papel do Estado como regulador das áreas dos perímetros irrigados desde a elaboração, execução, fiscalização e acompanhamento dos projetos no intuito de transformar e modernizar a agricultura dessas áreas irrigadas, elevando a produção e produtividade na região nordeste.

O Estado também regulava os agricultores que estavam dentro dos perímetros irrigados pelo modelo do pacote agrícola de insumos, que vinha sendo desenvolvidos para a produção, com isso, submetendo-os a empréstimos e endividamentos. Ainda referente a regulação sobre os agricultores dentro do perímetro, eram feitos contratos de uso dos lotes equivalente as atividades de irrigação.

Nos contratos pactuados entre o DNOCS e os colonos/irrigantes constam cláusulas resolúveis. Uma delas dispõe que estes não podem desfazer-se de seus lotes para outros fins que não o destino original, a irrigação e dentro de normas estabelecidas em contrato, sob pena de extensão desses atos. (VIEIRA, 2015, p. 65).

Com o Decreto nº 90.309/84 são reformulados alguns artigos da política de irrigação, destacando o art. 14 que regula o uso da terra nos perímetros, que afirma a participação das empresas, podendo ocupar área de até 20%, que poderá se expandir para 50%, desde que com autorização do Ministro de Estado do Interior.

Art. 14 - As áreas dos projetos de interesse social predominante serão divididas em lotes familiares, admitida a implantação, nos mesmos, de pequenas e médias empresas, desde que não ocupem, em conjunto, área superior a 20% (vinte por cento) do perímetro irrigado e os seus titulares se conformem com os preceitos regulamentares estabelecidos pela entidade administradora. Art. 2º - Fica acrescentado ao artigo 14 do Decreto nº 89.496, de 1984, o § 3º com a seguinte redação: § 3º - Nas áreas dos projetos de interesse social predominante em que se justifique a implantação de maior número de pequenas e médias empresas, o Ministro de Estado do Interior poderá, em caráter excepcional e mediante proposta fundamentada da entidade administradora, elevar até 50% (cinquenta por cento) o percentual de que trata o caput deste artigo. (BRASIL, 1984).

A nova configuração do decreto legitima as empresas a terem acesso as terras públicas que antes eram desapropriadas para lotes familiares de agricultores. A Lei nº 6.662/79, que regia seus objetivos, com foco na agricultura familiar para assentamentos de pequenos agricultores, passa a perder força e a nova regulamentação direciona à iniciativa privada, via decreto pelos governos liberais (VIEIRA, 2015).

O novo decreto ainda traz consigo a questão do ressarcimento das obras de infraestruturas de irrigação e de uso social implementados pelo Estado, apontando que os agricultores (Irrigantes) terão que pagar os custos das obras e serviços via uso da água utilizada. Conforme observa-se no referido decreto

A infraestrutura de irrigação terá seus investimentos amortizados, total ou parcialmente, pelos irrigantes, sob a forma de tarifa, calculada em conformidade com o disposto no artigo 43 deste Regulamento. (Art. 40 do Decreto nº 89.496/84). Os investimentos de que trata o caput deste artigo serão calculados em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, ou índices oficiais equivalentes e amortizados em prazos de até 50 (cinquenta) anos, observando-se o seguinte: I - se forem produzidos reinvestimentos, estes serão adicionados ao remanescente do investimento inicial; II - ocorrendo o disposto no item anterior, o prazo será reajustado, mantendo-se a mesma parcela anual de amortização” (art. 40, § 3º do Decreto nº 89.496/84). As despesas correspondentes à administração, operação, conservação e manutenção das infraestruturas, mencionadas no caput deste artigo, serão divididas, proporcionalmente, entre os irrigantes, sob a forma de tarifa, calculada em conformidade com o disposto no artigo 43 deste Regulamento. (Art. 42, § 3º do Decreto nº 89.496/84) O valor das tarifas incidentes sobre o uso de água nos projetos públicos de irrigação, de que trata este Regulamento, será composto pela adição: I - de parcela correspondente à amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação, de uso comum, com base no valor atualizado das mesmas; II - de parcela correspondente ao valor das despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção das infraestruturas. (Art. 43 do Decreto nº 89.496/84). (BRASIL, 1979).

Para Vieira (2015) as tarifas de amortização das infraestruturas dos perímetros de irrigação são um dos problemas enfrentados pelos pequenos agricultores irrigantes dos perímetros. Esse tipo de cobrança é responsável pelo endividamento e inadimplência que impede o acesso a créditos para as atividades produtivas nos lotes familiares. O agricultor que não quitar suas dívidas junto ao órgão gerenciador do perímetro corre o risco de perder sua propriedade pela dívida adquirida e pelo não funcionamento do mesmo.

Art. 27 - Se o adquirente do lote ou seu sucessor vier a desistir da exploração direta, ou deixar injustificadamente inexploradas áreas suscetíveis de aproveitamento, o imóvel vendido, originariamente, nos termos desta Lei, reverterá ao patrimônio da entidade alienante, indenizadas as despesas feitas com a aquisição, as benfeitorias necessárias e as úteis. (BRASIL, 1979).

Posteriormente, no governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), através das medidas liberais de governo para as áreas públicas destinadas ao desenvolvimento de

atividades irrigadas, passariam a ser usadas e ocupadas (100%) integralmente por empresas privadas, através do Decreto nº 2.178/97. Assim os pequenos agricultores perdiam espaço nos perímetros irrigados para a iniciativa privada (VIEIRA, 2015).

Nesse momento, de reformulações da política de irrigação, com a perda de espaço dos agricultores familiares nos perímetros para as empresas privadas, os processos de seleção para os irrigantes passaram também por novas formulações. Os irrigantes já não mais seriam selecionados pelo estágio de pobreza e miséria, como no início da política de irrigação. A partir das formulações dos decretos que “modernizaram” a política de irrigação, leva-se em consideração nos processos de seleções dos pequenos agricultores conforme Vieira (2015, p. 70) “[...] a aptidão agrícola e experiência gerencial, a disponibilidade de capital para investimento, e outros aspectos que possibilitem tornar os projetos públicos de irrigação competitivos [...]”.

Em 2013, no então Governo da Presidente Dilma Rousseff, é instituída a Nova Política Nacional de Irrigação no Brasil, pela Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013. Essa política estabelece novo modelo de gestão, que dá enfoque ao agronegócio, apelo ao marketing ambiental e ao uso eficiente da água e a competitividade no mercado internacional.

A reformulação da antiga política é uma reivindicação do setor privado, com o objetivo de que os grandes projetos de irrigação se desenvolvessem sem os limites da lei de 1979. Com a reformulação da antiga política, também foi reorganizada a agricultura irrigada no Nordeste, passando a protagonizar a formação de grandes polos de irrigação do agronegócio na produção de frutíferas para o mercado internacional (VIEIRA, 2015).

Para Maier (2013, p. 01) a Nova Política Nacional de Irrigação:

[...] insere-se no contexto das reformas administrativas que têm sido implantadas no Estado brasileiro desde a década de 1990, com a adoção do paradigma do Estado Subsidiário, que tem como pressupostos o reconhecimento da primazia da iniciativa privada, e conseqüente limitação da intervenção estatal, além da ampliação dos instrumentos de parceria entre público e privado.

Um dos instrumentos da nova política é o Plano Diretor Nacional de Irrigação, que visa o planejamento e implantação da Política Nacional de Irrigação. Esse instrumento deve trazer um panorama das áreas com condições para exercer a agricultura irrigada, apontando soluções para sua execução (COUTINHO, 2015).

Segundo Maier (2013, p. 03) destaca-se no Art. 3º da Lei nº 12.787/2013 da Nova Política de Irrigação:

[...] I - uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação; II – integração com as políticas setoriais de recursos hídricos, de meio

ambiente, de energia, de saneamento ambiental, de crédito e seguro rural e seus respectivos planos, com prioridade para projetos cujas obras possibilitem o uso múltiplo dos recursos hídricos; e III – articulação entre as ações em irrigação das diferentes instâncias e esferas de governo e entre estas e as ações do setor privado.

A Nova Política também apresenta alguns objetivos no sentido de atingir o avanço da irrigação, no Art. 4º aponta que:

I - incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis; II - reduzir os riscos climáticos inerentes à atividade agropecuária, principalmente nas regiões sujeitas a baixa ou irregular distribuição de chuvas; III - promover o desenvolvimento local e regional, com prioridade para as regiões com baixos indicadores sociais e econômicos; IV - concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda; e VII - incentivar projetos privados de irrigação, conforme definição em regulamento. Lei nº 12.787/2013.

Coutinho (2015) afirma que a Nova Política expressa claramente a integração da agricultura irrigada ao processo produtivo dando ênfase ao agronegócio, com viés para a exportação e estimulando os projetos de irrigação privados, com incentivos fiscais e certificações, instrumentalizando as empresas para avançar nas atividades.

Para Coutinho (2015, p. 32) as políticas de tributação extrafiscais:

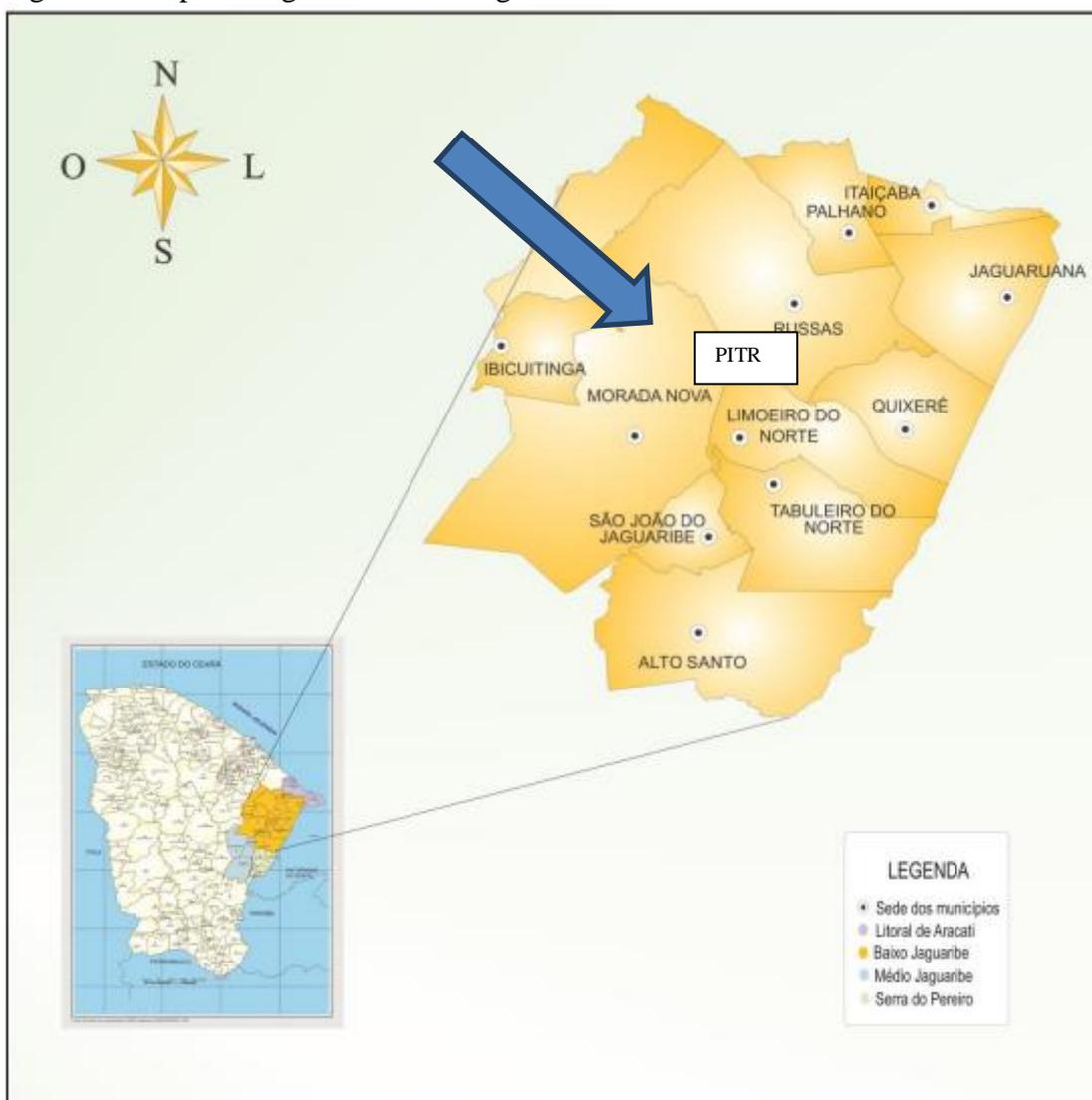
[...] podem ser empregadas para assegurar a competitividade do produto brasileiro. Através de incentivos fiscais, tais como o crédito e o seguro rural, os produtores podem ser favorecidos em termos de obtenção de preços competitivos no mercado interno e externo. Um exemplo que pode ser dado é a isenção do ITR (Imposto Territorial Rural) para as unidades de produção irrigada de forma a reduzir os custos de produção.

A política de irrigação ao longo das readequações demonstra o beneficiamento e incentivo as grandes empresas a se instalarem em áreas públicas desapropriadas com destino a produção irrigada. A nova política de irrigação, ao integrar a agricultura irrigada em áreas públicas com até 100% de ocupação dos espaços com empresas privados, tira de cena aqueles que lutam e sempre lutaram pelo pedaço de terra irrigado para poder produzir. A partir das reflexões e interpretações da política nacional de irrigação ao longo do tempo, o terceiro capítulo desse trabalho busca compreender o processo de desapropriação e implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, detalhando o contexto e os conflitos da sua segunda fase.

3. O PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS E A COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS.

O Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (PITR) está localizado no Baixo Jaguaribe, nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, mais precisamente no baixo vale do Jaguaribe, na chamada zona de Transição Norte dos Tabuleiros de Russas (ADECE, 2011).

Figura 2 - Mapa da região do Baixo Jaguaribe - Ceará.



Fonte: Organizado por Freitas (2010).

A área desapropriada do perímetro irrigado é de 18.915ha, constituída por uma faixa contínua de terras agricultáveis ao longo da margem esquerda do Rio Jaguaribe, desde a cidade de Russas até a confluência do rio Banabuiú, no Estado do Ceará. O perímetro está localizado nas coordenadas: latitude Sul 5° 37' 20", longitude Oeste 38° 07' 08" e altitude de

81,50 m acima do nível do mar (ADECE, 2011).

A precipitação média anual na área do perímetro irrigado do tabuleiro é de 720mm, com período chuvoso entre os meses de fevereiro e abril, onde ocorrem, em média, cerca de 50% das precipitações anuais, enquanto que o período menos chuvoso é entre setembro a novembro, com 1% do volume total anual. A área do perímetro fica situando na feição morfológica com terrenos cenozoica de cobertura, que ocupa faixa de terra variável em torno de 5 a 50km, formando uma ampla superfície aplainada e suavemente ondulada, predominando solos podzólicos vermelho amarelo, areia quartzosas, solos litólicos de substratos gnáissicos, com textura superficial arenosa ou media (ADECE, 2011).

A principal fonte hídrica que garante o abastecimento do perímetro procede do Rio Banabuiú, açude público federal Arrojado Lisboa, com volume total de 1.6 bilhões de metros cúbicos, açude público federal Vinicius Barreto de volume máximo 434 milhões de metros cúbicos e o açude federal Castanhão, mais recente construído, com volume de 6.7 bilhões de metros cúbicos. A via de acesso ao perímetro se dá pela BR-116, que margeia o limite leste da área e segue paralela ao Rio Jaguaribe, alcançando a cidade de Russas e Limoeiro do Norte (ADECE, 2011).

O PITR faz parte dos planos do Governo Federal para o aproveitamento hidroagrícolas⁵ no Vale do Jaguaribe, que intensificaram-se na década de 1960, com a elaboração do “Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe”, realizado pela SUDENE (RIGOTO; FREITAS, 2015)

Esse estudo do Vale do Jaguaribe tinha como objetivo o mapeamento de zonas com solo fértil e propícias ao desenvolvimento da agricultura modernizada de base irrigada, visando a implantação de diversos perímetros irrigados na região do médio e baixo Jaguaribe. A partir dos mapeamentos foram implantados os perímetros de Morada Nova em 1968, Jaguaruana no ano de 1975 e Jaguaribe Apodi em 1987 (RIGOTO; FREITAS, 2015).

Ainda segundo Brasil (2005 apud RIGOTO; FREITAS, 2015, p 1), para continuar expandindo a área irrigada no Ceará:

[...] o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca DNOCS, com base nas diretrizes do Programa Nacional de Irrigação (PROINE), retomou os estudos sobre aproveitamento hidroagrícolas da região, com a produção do plano intitulado de Estudos da Viabilidade da Zona de Transição Tabuleiros de Russas, que identificou uma área de 15.000 hectares de solos irrigáveis subsidiando, assim, as ações Governo Federal para implantar o mais recente perímetro irrigado do Vale do Jaguaribe, o Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (PITR).

⁵ Modelo de produção irrigada com lógica produtivista que visa controle dos bens naturais, terra e água para produção de frutas para exportação.

As primeiras discussões sobre o PITR iniciaram-se nos anos 1980, tendo o DNOCS como principal ator no debate para implantação do perímetro. Segundo RIGOTO e FREITAS (2015, p. 04), para ter sucesso na implantação do PITR:

[...] o Governo Federal publicou o Decreto nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, que declara de utilidade pública e interesse social uma área com aproximadamente 24.471,2900 ha (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e um hectares), necessária à implantação do projeto. Com a declaração de utilidade pública, coube ao DNOCS iniciar os trâmites administrativos para desapropriar os proprietários e comunidades incluídas na poligonal da área selecionada.

Conforme informações de RIGOTO e FREITAS (2015), esse decreto de utilidade do governo federal atingiu diretamente 22 comunidades rurais, com cerca de 782 famílias. O DNOCS dividiu o projeto de implantação em duas etapas, onde o início das obras da Primeira Etapa se deu em 1992, porém o edital de licitação da 1ª Etapa saiu somente no final de 2003 e sua instalação foi efetivamente iniciada em 2004 (ALVES, 2012).

De acordo Alves (2012, p. 176) “[...] na 1ª etapa foram efetivamente desapropriados 10.765,72 hectares para a implantação de 578 lotes agrícolas, de tamanhos diversos, para exploração frutícola, distribuídos entre empresários, técnicos em ciências agrárias e pequenos agricultores [...]”. Nessa etapa, segundo informações do DNOCS (2010), não foi feito reassentamentos para as antigas famílias atingidas pelo perímetro irrigado, a não ser para aquelas que participaram do processo licitatório convencional, para ter acesso ao perímetro. A distribuição dos lotes está demonstrada na Tabela 3 que segue.

Tabela 3 - Distribuição da área desapropriada do Perímetro Irrigado PIRT 1ª etapa.

Categoria do lote	Quantidade de lotes	Área irrigável (ha)	Tamanho médio (ha)
Pequeno Produtor	499	3.992	08
Técnicos	65	1.058	16
Agrônomos	24	480	24
Empresas	78	5.034	37 a 145
Total	662	10.564,00

Fonte: Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará– (ADECE, 2011)

Em 2008 os gestores do DNOCS anunciam a 2ª etapa do PITR, com expansão de mais 3.100,8 hectares. Segundo Alves (2012, p.178) a segunda etapa do PITR:

[...] previa a aplicação de R\$ 84 milhões oriundos do orçamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e seguia o modelo adotado na 1ª etapa. Deveriam ser distribuídos mais 243 lotes entre empresários, técnicos da área de ciências agrárias e pequenos agricultores.

De acordo com Rigotto e Freitas (2015), para a Segunda Etapa foram desapropriadas várias propriedades rurais de pequeno e grande porte com população em torno de 67 famílias

das seguintes comunidades rurais: Escondida, Bananeiras, Sítio Junco, Córrego Salgado, Barbatão, Sussuarana, Peixe e a Lagoa dos Cavalos.

3.1 Histórico e caracterização da Comunidade Lagoa dos Cavalos até 2008.

A comunidade Lagoa dos Cavalos é uma comunidade centenária, constituída por um núcleo de famílias a várias gerações. A origem do nome da comunidade, segundo os moradores mais idosos da comunidade, está relacionada a uma lagoa existente na região, que historicamente supria com água os moradores e animais no período da maior escassez de chuvas na região.

A comunidade está localizada na sub bacia do Baixo Jaguaribe, a cerca de 22 quilômetros da sede do município de Russas, como se observa na figura 3. A principal via de acesso que liga a comunidade ao município é estrada de barro batido, que no período chuvoso se torna de uso precário.

A média de chuvas anuais na comunidade é de aproximadamente 850 mm, onde destaca-se os meses de fevereiro a maio como os mais chuvosos. Nesse período os agricultores costumam fazer suas plantações e produzir alimentos, tanto para alimentação humana como animal.

A comunidade Lagoa dos Cavalos é composta por infraestruturas sociais, como escola de ensino fundamental e igreja. A escola da comunidade absorve as crianças da comunidade e comunidades vizinhas até o nono - 9º ano. Já os jovens estudante de ensino médio deslocam-se para as escolas na cidade de Russas.

No quesito saúde a comunidade não tem infraestrutura específica, porém, uma vez por mês uma equipe de saúde vem à comunidade para fazer atendimentos na dependência da escola pública. Referente a religião a comunidade possui dois padroeiros, São João Batista e São Luiz Gonzaga, onde todo ano no mês de junho, data festiva da comunidade, as famílias organizam festa de comemoração dos padroeiros. Convidam-se as famílias das comunidades do entorno e figuras políticas da região para celebrar a fé e arrecadar fundos através de leilão comunitário, com comidas e animais doados pelos próprios moradores da comunidade. Segundo os moradores, nesse período de celebração das missas acontecem batizados e casamentos dos moradores de Lagoa dos Cavalos e comunidades vizinhas.

Na comunidade a terra está fragmentada em algumas famílias que possuíam grandes extensões, advindas de heranças dos pais e avós, de geração para geração. Antes de 2008 a comunidade possuía 19 propriedades rurais, que totalizavam 817 hectares. Do total das propriedades, 17 possuíam área entre 1 a 30 hectares. Conforme Alves (2010, p. 160) “[...],

porém, 550 hectares desta área pertencem a uma única propriedade compartilhadas por 13 núcleos familiares [...]”.

Tabela 4 - Distribuição Fundiária da Terra da Comunidade Lagoa dos Cavalos antes de 2008.

Propriedades rurais em Hectares	Quantidade de Proprietários
De 01 a 30	17
De 30 a 100	01
Acima de 500	01
Total	19

Fonte: ALVES, 2010.

Também havia na comunidade famílias que não possuíam terra própria e que moravam de favor, agregados a essas famílias donas das terras. Além disso, algumas famílias só possuíam a casa para morar. No período de inverno⁶, essas famílias, que não tinham terras para plantar e tirar seu sustento, acabavam emprestando ou arrendando a terra das famílias possuidoras, demonstrando como era o processo dinâmico produtivo entre as famílias que tinham a propriedade da terra e as que não tinham terra, como explica o Informante G (Janeiro de 2018):

[...] tinha algumas famílias que não tinha terra, mas que trabalhavam de empréstimo nessas terras dessas pessoas que tinham, quando chegava na época do inverno. Ali era um sistema de meeiro e não era uma renda muito extrapolada, na verdade não havia cobrança as pessoas que plantavam iam lá e pagavam.

A história da comunidade é marcada por momentos importante para seu desenvolvimento organizacional e produtivo, como a partir da década de 1980, quando houve a formação na comunidade de grupos produtivos para a subsistência, conforme argumenta o informante G (Janeiro de 2018):

Aqui Lagoa dos Cavalos foi uma comunidade que se constituiu organizacionalmente a partir dos anos 80, final dos anos 80 na verdade. Os pequenos agricultores que tinham aqui e que era de uma única família, eles se reuniram e constituíram um grupo que começaram a criar animais que no caso era rebanho bovino, e depois veio a experiência da apicultura, né, em 89, vieram as primeiras experiências da apicultura e o grupo foi crescendo nesse sentido de produzir coletivamente.

⁶ Refere-se ao período chuvoso que vai dos meses de janeiro ao final de junho, onde ocorre as principais atividades agrícolas.

Figura 3 - Imagem de Satélite da comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: Elaboração do Autor a partir da Imagem disponibilizada pelo Google Earth 2018.

Nas pequenas e grandes propriedades as famílias criavam pequenos e grandes animais como bovinos, caprinos e ovinos. Esses animais eram conduzidos para áreas chamadas de terras de soltas, que eram grandes faixas de terras que não se desenvolvia a agricultura e que eram utilizadas, com livre acesso, ao pastoreio dos animais no período de inverno.

As famílias tinham como principal atividade econômica a atividade agrícola. Os agricultores produziam o milho, feijão, batata, mandioca, jerimum, melancia, hortaliças e frutíferas nos roçados e nos quintais das suas casas. A produção das famílias durante algum tempo era de forma natural, não se usavam agrotóxicos para produzir os alimentos. Com o passar do tempo os agricultores foram incentivados a usar agroquímicos na plantação de feijão, como explica o Informante B (Janeiro de 2018):

[...] com o passar do tempo ainda lembro, nós fomos incentivados a usar veneno na pulverização do feijão, mais isso uma vez por acaso, não era todo tempo, e com o passar do tempo nós vamos criando uma consciência de que o agrotóxico fazia muito mal, tanto as pessoas como a natureza, o meio ambiente e há já uma consciência bem grande na comunidade das pessoas do não uso dos agrotóxicos, mais sim usar alguns defensivos naturais.

Os alimentos excedentes produzidos pelos agricultores eram negociados nas comunidades vizinhas ou em feiras livres, na cidade de Russas, para comprar outros produtos que as famílias não produziam nas suas propriedades. Os pequenos e grandes animais também eram vendidos a marchantes⁷ que iam nas comunidades para fazer aquisição desses animais e leva-los para os frigoríficos de Russas. A comunidade possui relação direta com o município, desde a venda e compra de alimentos, sindicatos, assistência técnica, acesso a saúde, educação e políticas públicas, todas são advindas do município de Russas.

No período do verão, de julho a dezembro, onde as chuvas são escassas na região, as famílias viviam da colheita da castanha e do caju e de atividades extrativistas, como a coleta da palha da carnaúba para confecção de velas a partir da cera extraída da palha. Os agricultores também produziam os adubos que utilizavam, através do aproveitamento do resíduo da palha da carnaúba, que era aplicado nas suas lavouras no período de inverno.

A Cajucultura, segundo o Informante B (Janeiro de 2018), era muito importante para o consumo e geração de renda das famílias da comunidade Lagoa dos Cavalos:

[...] castanha a gente deixava uma parte para alimentação, mais a maioria era vendida, a gente escolhia aquela castanha bem grande, bem boa pra consumo humano das famílias e o restante era vendido e até hoje é mais ou menos dessa forma, ai com esses seis anos de seca tivemos uma grande perca do caju.

Na década de 1980, a partir da iniciativa das famílias de pequenos agricultores da

⁷ Indivíduos que compram animais para abate.

comunidade Lagoa dos Cavalos, começaram a acessar pequenos projetos de convivência com a seca, realizando investimentos através de projetos de caprinocultura trazidos pela Cáritas⁸, para ser desenvolvido coletivamente na comunidade. Em 1988 com ajuda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), a comunidade Lagoa dos Cavalos iniciou uma nova experiência com um projeto de banco de sementes, que tinha como objetivo conservar e preservar as sementes crioulas da comunidade. Nesse projeto 17 famílias participaram.

Ainda em 1988 foi formado um grupo de jovens na comunidade, com o intuito de lutar por melhores condições de vida e geração de renda para a juventude, como aborda a Informante I (Janeiro de 2018):

[...] eu lembro assim, quando eu era criança nós via as pessoas se reunindo na associação pra ver os problemas aqui na comunidade, pra buscar algumas coisas pra melhorar. Como a gente participava e via nós também queria fazer alguma coisa, então nós formamos um grupo de jovens, tinha a associação e nós formamos um grupo de jovens. Reunir, era parecido com a associação, nós tinha reunião mensal, tinha o presidente do grupo de jovens e a gente também elaborava nossas coisas, que a gente queria, planejava quadrilha e muitas outras coisas.

O grupo de jovens nasceu com o objetivo claro de organizar a juventude para intervir na questão produtiva, com proposito de gerar renda, envolvendo os jovens da comunidade. O grupo de jovens chegou a implantar uma horta comunitária, ao lado da lagoa que acumulava água ao lado da comunidade, com acompanhamento técnico da Ematerce. Anos depois, com a escassez de chuvas, a lagoa secou e o grupo de jovens acabou com essa atividade produtiva. Depois disso o grupo de jovens se integrou aos grupos produtivos da comunidade.

Em 1988 veio a primeira experiência da apicultura desenvolvida pelo grupo de agricultores da comunidade, com colmeias de experimentação, acompanhadas pela assistência técnica da Ematerce da região. Em 1989 os agricultores conquistaram o projeto para construção da Casa de Mel, equipada com os materiais como: centrífuga, mesa desoperculadora, tanques de estocagem, máquinas de processamento do mel. O projeto teve aporte financeiro da Secretaria de Agricultura do Estado - SDA. Esse financiamento foi essencial para avançar no desenvolvimento organizativo e produtivo, com geração de renda para as famílias envolvidas no projeto.

A partir da atuação e intervenção da Cáritas e criação dos grupos produtivos na comunidade, os agricultores criaram em 1995 a Associação dos Moradores da Comunidade de

⁸Cáritas Brasileira é uma organização não governamental ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atua a partir de iniciativas da economia solidaria envolvendo públicos em situações de risco e emergenciais com acessória e projetos de apoio de emancipação humana.

Lagoa dos Cavalos. Além das famílias da comunidade, também participaram da associação famílias de outras comunidades, com intuito de agregar força, formalizar a luta e os grupos produtivos que já existiam, na busca de novos projetos de convivência com o semiárido.

[...] a associação agregou né toda a comunidade e se associava a nós, por que Lagoa dos Cavalos e tinha o Junco, o Córrego do Salgado e o Barbatão, que são comunidades vizinhas que se agregaram a nossa associação (Informante B, janeiro de 2018).

E ai a associação se fortaleceu em 1995, ela já existia só que informalmente, em 1995 ela se constituiu com CNPJ e a parti daí cada vez mais a luta foi se fortalecendo né, nesse sentido de formalização a gente consegue mais, vários projetos vieram como casa do mel, projeto de barragem subterrânea, as cisternas de placas que as família tem na comunidade, tinha antes do projeto e conseguimos incluir no processo de indenização e ai cada família reconstruiu a sua (Informante G, janeiro de 2018).

Com a associação criada os agricultores foram buscar novas alternativas de convivência com o semiárido, através de projetos de captação de água, que na época era escassa e dependia de a quadra invernososa encher a Lagoa, que dá nome a comunidade. Os agricultores, através da articulação política da associação de moradores, conseguiram a implantação de barragens subterrâneas, instalada nos córregos da comunidade, o também a implantação de reflorestamento com árvores nativas da região nas áreas desflorestadas da comunidade.

Ainda em 1995 as famílias de Lagoa dos Cavalos e comunidades vizinhas tiveram acesso à energia elétrica, pois até então nos anos anteriores a única forma de iluminar suas casas, era através de lampião a gás e lamparinas a base de querosene ou óleo diesel, isso as famílias mais pobres, já as famílias que tinha um poder aquisitivo maior tinham motores a diesel capazes de gerar energia no período do dia e da noite para funcionar alguns aparelhos domésticos.

Em 1998 um grupo de oito famílias foi contemplada com o projeto de ovinocultura, recebendo 80 animais para criação coletiva. A ovinocultura foi uma boa alternativa na época, por serem animais de pequeno porte, de fácil manejo, para o tipo de solo e pouco consumo d'água. Apesar das dificuldades e escassez de água na comunidade, os agricultores, com a ajuda da Cáritas e Ematerce, sempre conseguiram avanços na produção, incorporando novas técnicas de convivência e resistência a seca, potencializando muito as experiências que já existiam na região.

A Cáritas começou a atuar nessa comunidade fazendo assessoria né, acompanhamento técnico e nesse trabalho de assessoria da Cáritas motivou-se muito a construção de pequenas alternativas de convivência com o semiárido, onde se fortalecia as experiência já existente no local e também se constituiu outras experiências, no sentido de melhorar a vida da comunidade. Então era sempre grupos né, acompanhados pela Cáritas, que produziam e faziam dali tirava seu

sustento né, a partir do conhecimento de novas técnicas e o aperfeiçoamento das técnicas que já existia na comunidade. E sempre foi assim, a comunidade mesmo com as dificuldades né, que se tinha e que se ainda tem, mais a comunidade conseguia ter sua soberania desse jeito né, desse modo particular de ser dos agricultores né, com essas experiências e com pequenas iniciativas (Informante G, janeiro de 2018).

No período mais crítico de estiagem, as famílias sofriam muito nas comunidades pela falta de chuvas para produção e para consumo humano e animal. Alguns agricultores contam que todos os anos, no período de março a julho, que representa os meses mais chuvosos, plantavam suas sementes com a fé de ter bom inverno, no intuito de obter uma boa produção. Porém a agricultura de sequeiro nesses últimos anos de seca no Nordeste não tem dado retorno econômico para os agricultores, pois quando se planta nesse período nem sempre se colhe o que plantou.

Nesse período mais escasso de chuvas, algumas famílias da comunidade Lagoa dos Cavalos afirmaram que era obrigado o homem ou os jovens das famílias saírem em busca de emprego nas fazendas que precisavam de pessoas para trabalhar com gado de leite, ou para os centros urbanos das cidades vizinhas, ou até mesmo para grandes Capitais como São Paulo.

Em 2008, todas experiências produtivas organizativas construídas ao longo da história da comunidade Lagoa dos cavalos e comunidades adjacentes, viram-se ameaçado pela expansão das 3.365 ha., da Segunda Etapa do PITR. Nesse momento, instalou-se o conflito socioambiental na região que será abordado subsequente nesse trabalho.

3. 2 O Conflito Socioambiental na Desapropriação da Segunda Fase do Tabuleiro de Russas e as conquistas das comunidades.

Em meados de 1987, através e com base no Programa Nacional de Irrigação (PROINE), o DNOCS retomou os estudos sobre as áreas com potencial de aproveitamento Hidroagrícola na região do Baixo Jaguaribe, no intuito de mapear faixas de terras para expansão da irrigação na bacia do Jaguaribe. O plano era intitulado pelo governo federal de “Estudo de Viabilidade da Zona de Transição Tabuleiro de Russas”, onde foi mapeado cerca de 15.000 hectares de solos aptos a irrigação, atingindo os municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte e várias comunidades no entorno dessas áreas (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

Para implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas se concretizar o governo federal publicou o decreto de utilidade pública nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, que declarava de utilidade pública e interesse social uma área de 44.471,29 hectares, para desapropriação e implantação do referido perímetro. O DNOCS foi o responsável pela

tramitação das desapropriações dos pequenos e grandes proprietários e comunidades atingidas pelo perímetro (RIGOTTO; FREITAS, 2015).

O DNOCS dividiu a implantação do perímetro em duas fases. Na Primeira Etapa estava prevista a implantação de 10.765 hectares irrigados, a ser iniciada em 1992 e implantada em 2004. Segundo Rigotto e Freitas, (2015, p. 02) o sistema adotado pelo DNOCS na implantação do perímetro na época foi:

[...] um sistema de engenharia hidroagrícola composto por (i) estações de bombeamentos; rede de canais e tubulações, que garantem o aporte hídrico necessário à produção; (ii) sistema de irrigação (predominantemente microaspersão e gotejamento); (iii) rede viária para acesso/escoamento da produção e (iv) rede de drenagem, para proteção das áreas irrigadas e das estradas do perímetro.

A Primeira Etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas atingiu 22 comunidades rurais e cerca de 782 famílias impactadas diretamente pelo projeto. Essas comunidades eram pequenas e viviam da agricultura de subsistência de sequeiro e de atividades extrativistas na época do verão, especialmente da colheita da palha e da cera de carnaúba.

A comunidade Lagoa dos Cavalos, não foi atingida nessa primeira etapa, mas acompanhou todo processo de desapropriação da Primeira Etapa do perímetro, como conta o Informante B (Janeiro de 2018), da própria comunidade:

A primeira etapa do Tabuleiro de Russas né, nós acompanhemos de perto, e aqui nos ficamos na segunda etapa, que foi dividida em duas etapas do projeto. E nós acompanhamos toda aquela trajetória da primeira etapa aqui que rendeu muito tempo, mais de 20 anos, e nós ficamos na expectativa que nós sabíamos que a qualquer momento, nós éramos surpreendidos né, pela desapropriação que nós tinha ficado pra segunda etapa.

No processo de desapropriação da Primeira Etapa só as famílias da comunidade Lagoa da Várzea resistiu ao perímetro, no sentido de permanecer nos seus locais de origem. Segundo o Informante B (Janeiro de 2018):

Na primeira etapa, as coisas aconteceram assim, houve algumas reuniões, mais não houve assim uma resistência das pessoas até por que [...] só tinha uma comunidade na época, que era organizada que é Lagoa da Várzea, que foi a única que sobreviveu dentro do Tabuleiro de Russas, que na primeira etapa foi 10.600 hectares, toda essa área tinha muitos habitantes e que só sobreviveu Lagoa da Várzea, por que? Por que ela estava organizada, ela lutou.

Para Braga (2010, p. 143) a resistência da comunidade Lagoa da Várzea foi contrapondo as “[...] experiências conhecidas frustrantes de outras comunidades que “cederam” suas terras antes mesmo da indenização para construção do perímetro na área que corresponde a Primeira Etapa [...]”, portanto a única que resistiu a desapropriação. A partir do exemplo que aconteceu na Primeira Etapa, de desapropriação de famílias de outras

comunidades, as famílias de Lagoa dos Cavalos, organizadas na associação, se preparavam para resistir e defender seus direitos, quanto a vinda da possível segunda fase do PITR. Para isso as lideranças buscavam apoio das comunidades vizinhas, que também seriam atingidas, no sentido de acumular força para barrar a Segunda Etapa do perímetro irrigado.

A Segunda Etapa da desapropriação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas trouxe grande insatisfação nas comunidades Bananeiras, Cipó, Sussuarana, Lagoa do Peixe, Barbatão, Córrego Salgado, Junco e Lagoa dos Cavalos, envolvendo ao todo cerca de 766 famílias (ALVES, 2012).

Os boatos da desapropriação das comunidades para implantação da Segunda Etapa do PITR deixaram os moradores de Lagoa dos Cavalos apreensivos. Souberam que iriam ter que deixar suas terras, moradias, toda uma história construída durante gerações agora estava ameaçada pela expansão do projeto Tabuleiro de Russas.

[...] quando nós fomos informado, eu lembro no mês de novembro nós participamos de uma audiência pública lá na Crede Dez⁹ em Russas, eu tava até mais o companheiro Aldenor nesse dia, quando uma pessoa do DNOCS o doutor Elias, ele disse que em breve a segunda etapa do projeto seria uma realidade, e nós saímos dali, nós conversamos no caminho quando nós vinha da Crede Dez para o Sindicato dos Trabalhadores na cidade de Russas, e conversando com o companheiro Aldenor e se perguntando o que nós íamos fazer? Não, ele disse, nós vamos nos reorganizar através do Sindicato, com as Associações da área, e buscamos apoio de outras entidades e aí nós começamos a conversa com as famílias da região, e criamos uma comissão que era chamada de Comissão de Resistência ao Tabuleiro de Russas, nós vimos assim ela como uma ferramenta (Informante B, janeiro de 2018).

A primeira ação dos agricultores quando souberam das ameaças de desapropriação foi reorganizar os moradores da comunidade para não aceitar e resistir a qualquer custo, lutando contra o perímetro.

Há ninguém, ninguém concordou né, todo mundo se espantou e ninguém queria aceita né, até mim lembro nas reuniões primeiramente, a Cáritas acompanhando, trazia o debate, aí muitas pessoas dizia há ninguém vai aceitar não, a gente vai embarga com o projeto, ninguém vai assinar, se vier com papeis pra assinar ninguém vai sair (Informante A, janeiro de 2018).

Nesse processo os moradores da comunidade Lagoa dos Cavalos construíram uma agenda de reuniões e debate na comunidade, convidando os moradores e lideranças de vilarejos e comunidades vizinhas, no sentido de fortalecer e massificar a luta contra a desapropriação.

A Associação, segundo os moradores, foi uma ferramenta jurídica organizativa muito importante, que contribuiu na articulação das famílias no embate de resistência ao perímetro.

⁹ Décima Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE Dez, Russas – Ceará.

Os moradores de Lagoa dos Cavalos contaram também com apoio da Cáritas e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Russas, que ajudaram nas discussões da comunidade construindo um plano de resistência para acumular forças, unificando com as comunidades do entorno para luta e barrar a segunda fase do projeto.

As famílias tinham participação constante nos atos, reuniões, audiências públicas, espaços que contribuíram para legitimar a luta e pautar a permanência nos seus locais de origem.

O DNOCS, órgão responsável pelas desapropriações, começou a realizar visitas as famílias nas comunidades, para trazer explicações e esclarecer os próximos passos do processo de desapropriação. As visitas causaram cada vez mais insatisfação das populações atingidas, onde um dos questionamentos era por que da desapropriação das comunidades para implantar a Segunda Etapa? As comunidades argumentavam que a Primeira Etapa ainda não havia sido concluída, pois existiam muitos lotes que não estavam sendo usados, improdutivos e abandonados, “[...] não queremos e até por que nós vimos os 10.600 hectares, tinha pouca coisa feita de irrigação, a gente viu que o povo saiu das terras e tinha terras lá praticamente sem ser usada [...]” (Informante B, janeiro de 2018).

A partir das ações do DNOCS e insatisfação das comunidades, a Associação dos Moradores de Lagoa dos Cavalos e comunidades do entorno que seriam atingidas pelo Pitr formaram uma grande comissão de resistência, para lutar contra o avanço do projeto e no sentido de permanecerem no local de origem.

De imediato foi criada uma comissão e resistência, e essa comissão tinha pessoas de todas as comunidades que iam ser afetadas, o projeto afetou Seis comunidades, Bananeiras, Junco, Lagoa dos Cavalos, Córrego do Salgado, Barbatão e Sussuarana que são pequenas comunidades e vilazinhas que se reuniam aqui. Junco, Córrego do Salgado, Barbatão fazia parte e se reuniam aqui em lagoa dos cavalos que era a única associação (Informante C, janeiro 2018).

Segundo o Informante G (Janeiro de 2018), da comunidade Lagoa dos Cavalos, a comissão era formada:

[...] pelos presidentes de associações de cada comunidade, das seis comunidades que seriam desapropriadas. Teve a participação e contribuição muito forte dos Sindicatos, da Paróquia de Russas, Cáritas e outros apoios vinham ao longo da caminhada. Até hoje, a Cáritas, o Instituto Frei Tito, direitos humanos, MST, o MAB, a rede de advogados populares durante esse processo muitas instituições Universidades apoiaram.

A comissão de Defesa e Negociação – CDN, como era chamado pelos agricultores, era responsável por representar e participar nas reuniões de debate das propostas junto ao órgão executor do projeto. Tinha também o papel fundamental de divulgar e denunciar o que estava

acontecendo com as comunidades que iam ser atingidas pelo PITR na cidade de Russas, através de panfletagem, nas rádios e audiências públicas na Câmara de Vereadores de Russas. Além disso, houveram também debates no espaço da Universidade Federal do Ceará, Campus de Limoeiro.

No início de 2009, se acirra cada vez mais a luta das famílias atingidas e o debate para barrar as desapropriações referentes a implantação sobre a Segunda Etapa do projeto. De um lado, as famílias atingidas das comunidades que não queriam perder sua história, suas terras e tudo que tinham construído antes do projeto, e de outro o DNOCS, que utilizava o decreto de utilidade pública para desapropriar as terras das comunidades, para implantação do Perímetro Irrigado e entregaras terras nas mãos das Empresas, Técnicos, agrônomos e produtores de outras regiões, implantar o sistema produtivista do agronegócio na região, segundo a percepção das famílias atingidas. Aí reside a causa fundamental do conflito que se estabeleceu.

As audiências públicas eram constantes e aconteceram em todas as comunidades, sendo convocadas pelos próprios atingidos, sempre no intuito de enfrentar o DNOCS para desistir da desapropriação.

A gente mobilizou, fez audiências, a gente levou dois ônibus cheios de pessoas pra uma audiência na cidade no início dos anos de 2009, foi no início da discussão, onde a gente conseguiu trazer o diretor geral do DNOCS e a gente conseguiu mobilizar, numa terça feira, dois ônibus pra participar de audiência pública (Informante G, janeiro de 2018.).

O discurso do DNOCS nas audiências públicas para implementação do perímetro de irrigação, era que o território a ser desapropriado caracterizava-se “[...] pela escassez hídrica, pobreza, baixa produtividade agropecuária e rarefeita ocupação da terra [...]” (RIGOTTO; FREITAS, 2015, p. 5).

Segundo o Dossiê, a instalação do PITR “[...] cumpriria o papel de retirar do ‘atraso’ essa ‘região-problema’, via irrigação, inserindo os agricultores numa nova lógica de produção moderna, em substituição às suas práticas de produção agrícolas rudimentares [...]” ((RIGOTTO; FREITAS, 2015, p 5).

Com o passar do tempo, após muitas lutas e audiências cansativas, sem conseguir a suspensão do projeto, as comunidades organizadas na CDN viram que não tinha como barrar o decreto de utilidade pública expedido pelo governo federal. Em meados 2009, a CDN, orientada pela Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), orientou que a única saída para o público atingido, naquele momento, era negociar com o DNOCS possíveis alternativas, que impactassem o mínimo possível as comunidades, mas para isso,

segundo as famílias atingidas das comunidades Lagoa dos Cavalos, teriam que continuar mobilizadas em luta.

[...] por que a gente pesava que barrar o processo seria possível né, então a gente aprendeu que decreto federal não tem como barrar, a gente não pode fazer com que ele (Decreto de Utilidade Pública) não aconteça mais agente poderia fazer com que os impactos ne, sobre as comunidades eles fossem diminuídos, por que o projeto no geral era de uma forma muito mais destrutiva mais do que realmente ele aconteceu, se a gente não tivesse lutado talvez a gente não estivesse aqui hoje (Informante G, janeiro de 2018).

Nesse período o DNOCS iniciou as visitas de forma individual as famílias, para fazer os cadastros e iniciar as desapropriações e para começar a construir as estruturas de canais do perímetro. Nas visitas as comunidades os moradores relatam que os técnicos tentavam induzir os agricultores a ceder as desapropriações, sempre com o discurso que o perímetro traria desenvolvimento e que as famílias sairiam ganhando.

Nas conversas com os moradores da comunidade Lagoa dos Cavalos foi relatado que mesmo o DNOCS fazendo debates com as famílias das comunidades, a “[...] ação do DNOCS é chegar nas comunidades e tentar fazer processos de isolamentos [...] vem casa a casa, cada vez vem um técnico diferente [...]”. (Informante G, janeiro de 2018).

Os planos e obras do DNOCS, contudo, expressam uma concepção abstrata do espaço, entendendo-o como palco, receptáculo, como mero componente físico, desprovido de dinâmica, vida, identidade, sentidos e sujeitos sociais. Tal concepção implica na imposição de uma racionalidade exógena, distinta das formas de apropriação e de usos do território em curso nas comunidades rurais atingidas pela instalação do PITR (RIGOTTO; FREITAS, 2015, p. 2).

Para os moradores, o método de abordagem dos técnicos no processo de cadastramento para desapropriação das comunidades, assumiu um caráter intimidador, pressionando as famílias para que aceitassem a proposta de desapropriação trazida por eles e desocupasse, o mais rápido possível, as terras, para que a empresa construtora desse início a obra do perímetro.

Essa prática do DNOCS ficou bastante evidente nas conversas com os camponeses da comunidade Lagoa dos Cavalos. Para eles o método utilizado pelos técnicos era para fragilizar e desarticular a organização e a resistência dos camponeses, isolando as pessoas que não aceitassem, assim obrigando as demais a aceitar a indenização determinado pelos técnicos inicialmente.

É possível apreender que o planejamento, implantação e operação das políticas de (des)envolvimento aplicadas pelo DNOCS, com destaque para os perímetros irrigados, foram e são marcadas pelo aumento da tensão social e dos conflitos territoriais, via imposição autoritária de racionalidades produtivas exógenas ao

lugar, invisibilização dos sujeitos sociais e suas práticas de uso de território, ausência de diálogo com as comunidades envolvidas no conflito e imposição desproporcional de riscos socioambientais às populações atingidas, que arcam com a maior parcela de impactos e convivem com os passivos do modelo de (des)envolvimento proposto (RIGOTTO; FREITAS, 2015, p 3).

A proposta trazida pelos técnicos do DNOCS, que através do cadastro de desapropriação utilizados na região a ser atingida, identificava as possíveis famílias que se enquadravam nos critérios propostos e iriam ser reassentadas em outro espaço. O critério utilizado para ter acesso ao reassentamento era o valor total definido para a indenização. O grupo de famílias que recebessem indenização de até 5 mil reais, teriam direito a receber indenização em dinheiro e direito ao reassentamento. Já o grupo de famílias que recebessem até 14 mil reais de indenização, teriam o direito de escolha, optar pela indenização ou reassentamento.

Frente essa proposta de indenização a dinheiro ou reassentamento, trazida pelo DNOCS, os agricultores resistiram cada vez mais, pois entendiam que a proposta excluía muitos pequenos e médios agricultores de acessar o reassentamento. Outra insatisfação da época que foi relatada pelos agricultores era o tipo e tamanho de moradia e a quantidade de terra disponível para cada família desenvolver suas atividades produtivas no reassentamento.

A partir do avanço do cadastramento de desapropriação pelo DNOCS as famílias começaram a se perguntar: para onde iriam se concretizasse o processo de desapropriação? Diante de tamanha interrogação as comunidades começam a se mobilizar e traçar formas de chamar a atenção do DNOCS, para negociar possíveis saídas para a população atingida. Com ajuda de outros movimentos sociais (MAB, MST), sindicatos, Cáritas e Associações, as famílias ocuparam a BR-116, foram as rádios, fizeram audiências públicas, etc. para denunciar o descaso que estava acontecendo com elas no processo de construção da segunda fase do perímetro.

A partir das manifestações por parte das comunidades, o DNOCS recebeu a CDN para negociar a pauta de reivindicações exigida pelas famílias das comunidades atingidas. A CDN apresentou uma série de reivindicações, como;

- Reassentamento para as famílias que não tinham terra e as que foram indenizadas com direito a terra para produzir.
- Revisão nos valores das indenizações.
- Permanência de todas as comunidades atingidas pelo perímetro.
- Preservação das infraestruturas dos projetos já construídos anos atrás.
- Construção de uma zona de amortecimento conta o uso dos agrotóxicos das empresas.

- Acesso a água do perímetro para consumo humano e para produção.

O DNOCS acatou parte das reivindicações e apresentou uma nova proposta com modificações e adequações em um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, firmado pela CDN, DNOCS e Ministério Público Federal. O TAC, segundo os moradores de Lagoa dos Cavalos, era uma forma legal de exigir do órgão executor do perímetro o cumprimento de todas as reivindicações dos itens abaixo acordado no TAC.

- As famílias desapropriadas terão direitos de opção de receber em dinheiro a indenização ou serem reassentadas.
- Serão preservadas da desapropriação três comunidades, que são: Lagoa dos Cavalos, Cipó e Distrito do Peixe.
- Serão reassentadas as famílias que se adequem aos critérios nos valores de indenização, com direito a casa, um quintal e três hectares, com fonte de água e energia elétrica para irrigação.
- Será construído uma forma de barreira viva, ou cordão verde para proteção das comunidades.
- O DNOCS fará a implantação dos lotes das empresas longe das comunidades, para proteger do uso de agrotóxicos.
- As famílias atingidas pela segunda fase do perímetro terão direito a participar do processo de seleção dos lotes dos pequenos produtores.

Após as negociações com DNOCS, em 2010, a primeira ação que ocorreu do acordo foi o retorno dos técnicos a campo para revisão dos valores das indenizações. Com a nova proposta a ideia era aumentar a possibilidade de um maior número de famílias ter acesso ao reassentamento, devido aos seguintes critérios; (a) os agricultores com indenização até 10 mil reais serão reassentados e receberão a indenização; (b) as famílias que tiverem indenização de 10 mil até 24 mil terão direito de opção, se querem receber as indenizações ou querem serem reassentadas; (c) e as famílias que as indenizações ultrapassarem os 24 mil não terão direito a reassentamento e deverão sair de suas propriedades, recebendo exclusivamente a indenização em dinheiro (ALVES, 2012).

A primeira conquista obtida pelas famílias atingidas foi essa, em que houve a revisão das formas das indenizações, o que foi determinante para incluir o máximo de pessoas no direito de acessar o reassentamento.

Então nós conseguimos mudar esses valores né, de 14 mil o direito ao reassentamento para 24 mil, opção de escolha e acima de 24 mil sem opção de escolha, então isso foi uma conquista também por que muitas pessoas ficariam fora

por as vezes 100 reais, ficariam fora pelo direito ao reassentamento (Informante G, janeiro de 2018).

[...] eu vejo assim que ela foi uma indenização que foi mais ou menos justa, e que nós podíamos acompanhá-la através da tabela de preços que eles forneceram pra gente de cada coisa, quer dizer se você tinha 100 pés de cajueiro você sabia o valor que você ia receber pelo o valor dos seus pés de cajueiro pela tabela de preço, ninguém ia chegar e lhe enganar (Informante B, janeiro de 2018).

Ainda referente aos novos critérios de desapropriação, algumas famílias consideram que os valores das indenizações foram injustos, pelo fato que demorou muito para terem acesso ao recurso das indenizações, como explica o Informante C (Janeiro de 2018):

Não, não foi justo, primeiro por que assim, o processo de quando eles passaram fazendo a avaliação da época que eles avaliaram pra época que eles foram pagar demorou muito, acho que demorou uns três anos e esses valores praticamente saíram como se fosse na época que tinha feito avaliação, então assim desvalorizou passando muito tempo, no caso teria que ter feito uma nova avaliação nos preços que estavam já na época né, passaram-se três anos e deu uma desvalorização muito grande.

Em 2012 outros acordos firmados pelo TAC já vinham sendo colocados em prática, como o contorno com cinturão verde de área de mata nativa, para defender da ação dos agrotóxicos sobre as comunidades do Cipó, Peixe e Lagoa dos Cavalos. Também foram preservadas as infraestruturas de projetos de uso público que já existia nas comunidades. Em Lagoa dos Cavalos foram preservados a Casa de Farinha, Casa de Sementes, Colégio e Sede da Associação Comunitária, as outras infraestruturas como as cisternas, Casa de Mel que estavam fora do entorno da comunidade foram indenizadas para serem refeitas quando as famílias mudassem para a nova comunidade, dessa forma assegurando o direito dos moradores desapropriados.

A partir das desapropriações, alguns moradores que estavam nos locais que iriam passar as obras de infraestruturas como canais e estradas do perímetro, foram obrigados a sair às pressas, depois de pagas as indenizações para as comunidades vizinha do perímetro. Com isso as obras estruturantes do perímetro estavam acontecendo a todo vapor, quase sendo finalizadas, com data marcada para inauguração, e o reassentamento ainda sem perspectivas de construção.

Segundo o Informante G (janeiro 2018) esses momentos de incertezas, por parte das comunidades e principalmente pelos moradores de Lagoa dos Cavalos, foram decisivos para fortalecer a organização dos atingidos na CDN, planejando uma ação coletiva para reivindicar os acordos firmados no TAC, que não vinham sendo cumpridos. Assim, os agricultores promoveram a ocupação, em outubro de 2013, do Canteiro de Obras da empresa responsável pelo Canal do perímetro irrigado.

[...] a gente foi que resolveu ocupar o canteiro de obras da Andrade Gutierrez, que era a empresa responsável pela construção do canal, e barramos dois dias e então nós conseguimos com essa paralização dos trabalhadores, lá a gente conseguiu fazer que tivesse um momento lá, recebemos uma comissão e fomos uma comissão em fortaleza e garantimos que o Diretor viesse negociar com as famílias aqui 20 dias depois[...].

As negociações renderam a conquista de três reassentamentos, construídos em 2014, para as famílias das comunidades desapropriadas que tinham direito ao reassentamento. A luta beneficiou 44 famílias, que receberam em média de 3,29 ha., por família reassentada. O primeiro reassentamento foi o Cipó, com cerca de 60 ha., para 18 famílias. Depois o Peixe, com cerca de 20 ha., beneficiando 6 famílias e o terceiro o reassentamento Lagoa dos Cavalos, com cerca de 65 ha., para 19 famílias, sendo esse último construído ao lado da comunidade Lagoa dos Cavalos com demonstra a figura 4. O reassentamento é composto por uma casa com quintal e três hectares de terra para cada família produzir. Segundo os moradores do reassentamento Lagoa dos Cavalos, as famílias reassentadas terão direito ao ponto de água, com energia para produção irrigada em seus lotes quando a Segunda Fase do perímetro estiver funcionando.

Figura 4 – Imagem do Reassentamento e Comunidade Lagoa dos Cavalos.



Fonte: Elaborado pelo Autor 2018.

A água para consumo humano e animal da comunidade Lagoa dos Cavalos, foi conquistado também nesse período. As famílias conseguiram o ponto de acesso d'água do Canal da Primeira Etapa do perímetro que beneficiou todos os moradores da comunidade.

Referente a estrutura das casas as famílias tiveram direito ao quintal de 70x30m para criarem e produzirem, retomando as atividades produtivas aos poucos. Para acessar a estrutura da casa existiram critérios, conforme o tamanho de cada família. Segundo os Reassentados as famílias deveriam enquadrar-se nos critérios do cadastro para ter acesso a casa, conforme o tamanho da família.

[...] no cadastramento da família já vinha descrito uma parte lá que se você tivesse só o casal, teria direito a 4 cômodos que era a cozinha e sala juntos, um quarto, banheiro e lavanderia. Para quem tem um filho já seria com 2 quartos ou para quem tem mais de um filho são 3 quartos. Mais o tamanho da casa é o seguinte, se for 40 metros quadrados, é 40 metros quadrados para todos, aí vai diminuindo o tamanho dos quartos, aumentando um e diminuindo os outros, não aumenta a área casa, aumenta o número de cômodos [...] (Informante G, janeiro 2018).

Apesar da conquista da estrutura das casas do Reassentamento, os moradores até hoje questionam o tipo de critério utilizado pelo DNOCS, onde não levaram em consideração que as futuras famílias reassentadas cresceriam com o passar dos anos no local. Com isso as casas foram construídas desuniforme¹⁰.

[...] é uma casa que se você bota uma cama e um guarda roupa você não pode se mover mais, muito pequeno essa forma estruturada, cozinha americana é muito complicada para nós, a nossa mente não consegue assimilar esse negócio, você entra já está na cozinha então é muito complicado mais essa foi a divisão, essa foi a forma de determinar (Informante G, janeiro de 2018).

As famílias que só tiveram direito a indenização em dinheiro migraram para a comunidade do Peixe e as que quiseram permanecerem na comunidade Lagoa dos Cavalos, um morador local, que possuía terra de herança do seu Pai na comunidade, doou pequenos terrenos para que essas famílias construíssem suas casas e não deixassem a comunidade Lagoa dos Cavalos.

No final de 2014 as infraestruturas do reassentamento ficaram prontas e as famílias contempladas que já tinham recebido as indenizações aguardavam com expectativa que o DNOCS entregaria o reassentamento para a mudança. Os meses iam passando e o DNOCS não anunciava a entrega do Reassentamento as famílias. O órgão alegava as famílias que só

¹⁰ As casas foram construídas desuniformes no sentido da divisão dos números de cômodos, famílias maiores recebiam casas com o maior número de cômodos, já famílias menores, eram menores a divisão dos cômodos, não mudando a área total da estrutura de 40m² da casa.

poderia entregar as casas quando instalasse energia no reassentamento.

O fato da não entrega das casas, causou insatisfação para grande parte das famílias que resolveram ocupar as casas, mesmo sem energia e sem permissão do DNOCS. Segundo os moradores “[...] eles começaram a morar em 2014, e até hoje a energia deles não foi ligada, eles usam “Gatos [...]”. (Informante C, janeiro de 2018).

Todos esses anos as famílias reassentadas vem lutando para que o DNOCS encaminhasse o projeto para Companhia Energética do Ceará (COELCE), com o pedido de instalação da rede de energia das casas e da iluminação pública do reassentamento. Nesse processo o DNOCS afirma que já encaminhou o projeto e o recurso para ligação da rede elétrica dos reassentados. Já a COELCE nega, e afirma que não foi repassado o recurso para a empresa efetuar a instalação da rede de energia elétrica.

Fica assim o DNOCS e a COELCE ficam jogando de um para o outro sabe? A COELCE disse que o DNOCS não repassou a segunda parcela do valor referente ao projeto de implantação da energia, e o DNOCS disse que já repassou e que agora é com a COELCE, a gente não sabe onde está o erro (Informante G, janeiro de 2018).

Diante disso, já fazem cinco anos que as famílias não têm energia na rede de iluminação pública. A energia que está ligada nas casas, através de ligações irregulares (GATO), não suporta o funcionamento dos eletrodomésticos das famílias. Houveram relatos de que a rede irregular superaqueceu equipamentos, queimando televisões, geladeiras e rádios.

A Primeira Etapa do Tabuleiro de Russas encontra-se hoje com poucos lotes funcionamento, a maioria deles são de pequenos agricultores que ainda estão resistindo ao racionamento de a água no estado. As atividades produtivas resumem-se apenas em manter as plantações existentes nos lotes. A Segunda Etapa, que atingiu a comunidade de Lagoa dos Cavalos, encontra-se com todas as infraestruturas produtivas dos lotes prontas, sem data marcada para licitações e entrega dos lotes.

3.3 Mudanças observadas nas atividades socioprodutivas

A partir da instalação das empresas, técnicos e agrônomos nos lotes da Primeira Etapa, a produção começou a demandar mão de obra dos moradores das comunidades vizinhas do perímetro irrigado. Nos anos 2008 a 2014 a produção do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas - PITR funcionava a todo vapor. Segundo os moradores de Lagoa dos Cavalos, houve a criação de empregos nas empresas para colheita das culturas de Melancia, Melão, Goiaba, Coco, Banana, Mamão, Acerola entre outras frutíferas implantadas no perímetro.

A relação dos agricultores com o perímetro irrigado foi através de empregos na área produtiva em período de colheita, onde demandava maior necessidade de mão de obra nos lotes. Segundo os moradores da comunidade Lagoa dos Cavalos, nesse período de grandes produções, os agricultores deixavam seus roçados para irem trabalhar nas empresas.

[...] teve uma época que muitas pessoas aqui da comunidade realmente eles trabalhavam nas empresas estavam aqui no projeto na Primeira Etapa, que é a etapa que ainda está funcionando né, mais assim quando a projeto estava funcionando as pessoas deixavam de estar produzindo no seu próprio roçado para ir ser empregado das empresas[...] (Informante C, janeiro de 2018).

As atividades produtivas, depois da desapropriação da Segunda Etapa mudaram radicalmente na vida dos agricultores que desenvolviam a produção agropecuária nas terras produtivas e de soltas nas áreas das comunidades. Com a desapropriação o acesso a essas terras, foram “restringidas”, impedidas de desenvolver qualquer tipo de atividades produtivas como plantio e criação de animais. As famílias tiveram que se desfazerem dos seus animais e sair da área que passou a ser do Estado.

Na faixa de terra desapropriada os agricultores não poderiam continuar com as atividades extrativistas da palha das carnaúbas e da colheita dos cajueiros, que costumavam contemplar a renda das famílias no período mais seco da região. Isso impactou fortemente as famílias.

Nos trabalhos de pesquisas de Braga (2010) e Alves (2012) e no próprio Dossiê dos Perímetros Irrigados (RIGOTTO; FREITAS, 2015), aponta-se que a intervenção territorial do DNOCS, a partir da implementação de perímetro de irrigação, inviabiliza as condições de produção de subsistência de saberes populares, fragiliza as organizações comunitárias e autonomia das famílias que residiam nos territórios ou perímetro desapropriado. Conforme Alves (2012, p. 179) “[...] com o aniquilamento de suas condições de reprodução e mesmo de subsistência, não restaria às famílias uma opção diferente de tornar-se mão de obra para o empresariado a se instalar no Perímetro [...]”.

A instalação e operação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas, contudo, não acontece num espaço ‘vazio’, sem ocupação e usos do território. Ocupavam e ocupam a mesma área disputada pelo DNOCS um conjunto de comunidades rurais, que desde a década de 1930, se apropriaram do território e desenvolveram/desenvolvem um conjunto de saberes e práticas, que divergem da racionalidade economicista impregnada na política de irrigação proposta pelo órgão (RIGOTTO; FREITAS, 2015, p. 02).

Com a redução do território as atividades agrícolas ficaram limitadas apenas aos quintais, retrocedendo duas atividades comuns da comunidade, que eram a preservação de sementes e produção de farinha.

A casa de sementes da comunidade ainda conserva alguns tipos de sementes crioulas, apesar de ter diminuído muito. Essas sementes são distribuídas para os agricultores da comunidade e retornam ao final de cada colheita para o banco de semente, constituindo uma forma encontrada pelos agricultores de resistir a erosão genética na comunidade. A casa de farinha também vem sendo pouco utilizada pelo os agricultores e agricultoras da comunidade, perdendo o senso coletivo dos mutirões de produção de farinha e beiju, atividade que integravam as comunidades vizinhas e gerava renda para as famílias de Lagoa dos Cavalos.

A apicultura também foi atingida diretamente pelo desmatamento das áreas que forneciam a flora para as abelhas. Os apiários foram desfeitos e deslocados para fora da área do perímetro, com isso, os apicultores alegam que perderam muitos enxames no processo de transição para outras áreas.

[...] hoje nós não temos mais terras, a apicultura também se degradou muito com a falta das chuvas, mais assim o período mesmo que elas já estavam fracas aí veio o processo de desapropriação, foram preciso retirar, a gente não tinha um local para gente colocar em um local adequado, e assim, desde então só foi peia na apicultura [...] (Informante D, janeiro de 2018).

Outro fator que prejudica os apicultores são as aplicações de agrotóxicos constantes nas plantações da Primeira Etapa do Tabuleiro de Russas, afetando a produção apícola, contribuindo para a mortalidade e migração dos enxames, comprometendo diretamente a produção de mel dos apicultores do entorno do perímetro.

A desapropriação preservou apenas as estruturas físicas das comunidades, deixando-as sem terras para produzir ou criar seus animais. A alternativa para algumas famílias foi procurar emprego nas fazendas vizinhas da comunidade, ou nos lotes dos pequenos agricultores e empresas instalados no Tabuleiro que estavam produzindo durante a Primeira Etapa.

Segundo o Informante B (janeiro de 2018) da comunidade Lagoa dos Cavalos:

[...] nós temos muitas pessoas empregadas lá no projeto, tanto trabalhando pra pequenos produtores quanto também para empresas, muita gente trabalhou tanto da comunidade como da região. Para região veio muita gente de fora para trabalhar, por que quando estava no auge do projeto da irrigação, nós tínhamos aproximadamente uns 6 mil empregos dentro do projeto, e com a redução da agua hoje está muito pouco [...].

Os empregos gerados no perímetro traziam riscos à saúde dos trabalhadores, pois as atividades agrícolas desenvolvidas na Primeira Etapa pelas empresas, técnicos, agrônomos e pequenos produtores, eram acompanhadas de pacote tecnológico do agrohídronegócio, com uso de agrotóxicos e adubação química pesada aplicada nas frutíferas.

[...] essas grandes empresas eles usavam muito agrotóxicos que a gente conhece e via, algumas pessoas mesmo que trabalharam lá, eles usavam bastante tanto como os adubos químicos como a questão dos venenos, eles usavam muitos (Informante I, janeiro de 2018).

Sim, usava na produção veneno, meu irmão mesmo que era irrigador bombeiro ele botava os adubos, as coisas na água para pulverizar, a gente percebia assim as roupas quando chegava um cheiro assim forte, não sei que tipo de veneno que a gente não tem o conhecimento, mais que usava o adubo, o veneno mesmo, a gente sabe que as empresas usam né, não precisa nem a gente tenta dizer que não usa que usa, as grandes empresas (Informante A, janeiro de 2018).

A gente sabe que tem as prejudicações, mais a gente também precisa do emprego (Informante F, janeiro de 2018).

A partir de 2015 e 2016 os empregos que eram fartos foram diminuindo no perímetro irrigado, pela forte seca que atingia o Ceará, pois o principal açude que abastecia o perímetro estava esvaziando, obrigado o racionamento d'água, conseqüentemente obrigando as grandes empresas produtoras de frutas a reduzir suas atividades produtivas pela crise hídrica no estado. No primeiro semestre de 2017, as empresas que tinham os maiores lotes começam a abandonar as áreas do PITR, migrando para outros Estados com oferta de água para continuar explorando a fruticultura.

Com a migração das empresas para outros Estados, os trabalhadores também tiveram que acompanhar as empresas para manter seus empregos, com afirma o Informante G (Janeiro de 2018):

As empresas fecharam por que não tinha água suficiente para abastecer o perímetro nos últimos dois anos, os trabalhadores que quiseram trabalhar tiveram que ir pra Mossoró para trabalhar, então muitos dos trabalhadores foram para lá pra trabalhar, esvaziou-se assim a comunidade, eles vinham de 15 em 15 dias visitar a família, alguns se mudaram pra lá por que é muito longe a distância, o medo também dos gastos que é muito grande[...].

Hoje na comunidade Lagoa dos Cavalos, apenas três famílias possuem lotes da Primeira Etapa no PITR. Esses lotes foram comprados de terceiros, ou familiares que tiveram acesso na Primeira Etapa.

Hoje na comunidade temos três companheiros aqui que tem lotes da Primeira Etapa conseguiram comprando, todos três foram comprados e não conquistados, e eles não foram expropriados de lá mais compraram lotes lá (Informante B, janeiro de 2018).

Segundo os agricultores que possuem os lotes hoje, existe uma grande dificuldade de manter o sistema funcionando e ao mesmo tempo produzir. Eles relatam que tiveram que fazer investimentos com compra de materiais de irrigação e desmatamento da área dos lotes para poder começar a produzir.

Os lotes para os pequenos produtores no PITR, são de 8 hectares, com a estrutura de

rede central instalada, com as saídas da subdivisão por culturas instalada. Os agricultores, ou empresas, quando adquirirem os lotes é necessário o desmatamento para começar as atividades produtivas.

A lógica de produção do sistema montado pelo DNOCS no perímetro, vem determinado para os agricultores e agricultoras a produzir monoculturas para o sistema agroexportador, que não atendem as principais refeições diárias das famílias na região.

[...] na proposta de plano de produção que o DNOCS manda, eles mandam lá os tipos de culturas que os Reassentados tem que produzir, é melão, é banana, é abacaxi, é uva, não tem nada de feijão, de mandioca, de milho, não tem nada de criar pequenos animais, então a lógica do governo (DNOCS) é produzir pra exportação, é produzir pra gerar recurso pra crescer o PIB, não é pra alimentar bem as famílias, não é pra garantir a soberania das famílias, mais é numa logica diferente uma lógica de desenvolvimento que não é pra nós é pra fora (Informante G, janeiro de 2018).

No período das licitações da Primeira Etapa do Tabuleiro de Russas, houve também o crescimento de algumas comunidades pela vinda de pessoas de outras regiões que tiveram acesso aos lotes no perímetro. O distrito do Peixe foi uma das comunidades procurada por fazer divisa com o Tabuleiro de Russas. Muitos agricultores compraram imóveis, terrenos para construir casas para morar, pelo fácil acesso ao perímetro de irrigação.

Para outros moradores da comunidade e Reassentamento Lagoa dos Cavalos, o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas não trouxe só desenvolvimento para a região, trouxe também com ele a monocultura e os agrotóxicos, que vem causando doenças na região pela sua utilização nas lavouras de frutas. O perímetro também trouxe muita gente desconhecida, que não são da região, e com elas, a violência, o roubo e medo para os moradores que aqui residem.

Segundo o Informante G (janeiro de 2018) antes do Perímetro Irrigado:

[...] a gente não via falar em assalto por aqui, a gente dormia com a janela aberta, a gente ficava na calçada até altas horas da noite sem ter medo, hoje principalmente em alguns períodos, tipo vai chegando o carnaval todo mundo já se recolhe muito cedo, não tem isso de deixar janela aberta, sair de moto a noite e até de dia inclusive né, muitas pessoas já foram assaltadas, só aqui em Lagoa dos Cavalos foram três motos roubadas depois do perímetro, duas roubo e uma assalto então o convívio né que a gente tinha né, a segurança que a gente tinha antes do perímetro a gente não tem mais, a gente sai daqui pro Peixe já vai com medo, há meu Deus será que não vão rouba minha moto.

As famílias já não vivem como antes, na comunidade e no reassentamento, ficam apreensivas e não sonham mais em possuir meios de transporte mais novos, com medo de serem assaltados no percurso de deslocamento para outras comunidades e até mesmo para cidade.

Apesar das incertezas que o perímetro trouxe e causou na vida das famílias da comunidade e reassentamento, o processo de resistência e de luta sobressai ao incerto. Os agricultores e agricultoras que foram desapropriados, retirados dos seus locais de origem continuaram lutando para ter acesso à terra na Segunda Etapa do Pitr, almejam novas formas de produção que permita fortalecer e resgatar os saberes populares.

[...] uma das maiores bandeiras que defendo, é a produção agroecológica sem nenhuma dúvida, vamos fazer um grupo de pessoas que tenha consciência nessa área e vamos lutar para buscar o crédito, assistência técnica tudo dentro dessa área [...] formar pessoas nessas áreas de linhas agroecológicas que nos dê apoio dentro do projeto, por que nossa visão é essa de trabalhar na agricultura sustentável, que ela seja para pais, filhos e netos, e que venha trazer benefícios tanto ao ser humano como a natureza, por que nós sabemos o benefício que é uma agricultura orgânica, uma agricultura agroecológica. (Informante B, janeiro 2018).

Para a maioria dos informantes, fazem-se necessário seguir as linhas agroecológicas de produção saudáveis preservando os recursos naturais de uso comuns disponíveis no meio que os vivem, resistindo ao cerco do pacote de produção químico sintético do Pitr.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou estudar as lutas e as formas de resistência das famílias camponesas da comunidade Lagoa dos Cavalos causado pelo Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas – PITR no Estado do Ceará. A pesquisa mostrou que, ao longo da história, a comunidade Lagoa dos Cavalos foi marcada por momentos importante de desenvolvimento organizacional e produtivo, que cultivaram o espírito de luta e pertença a história da comunidade.

Verificou-se também perante aos entrevistados, as diferentes formas de luta e resistência ao PITR, que se desenvolveram através de audiências públicas, ocupações, panfletagem, entrevistas nas rádios e reuniões, defendendo o vínculo, a identidade e a cultura de uso da terra e dos recursos naturais que estavam em disputa.

Observou-se ainda no entendimento dos entrevistados que a criação da Comissão de Defesa e Negociação, com apoio dos Sindicatos, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST e Cáritas, como ferramenta de luta em contraponto a proposta colocada pelo DNOCS.

As lutas e resistências das famílias atingidas renderam uma serie de compensações para os agricultores, como permanência da comunidade em seu local de origem, indenização, reassentamento para as famílias agregadas sem terra, além de manter - se as estruturas de casa de sementes, casa de farinha e reconstrução da casa de mel dos apicultores.

Durante o estudo notou-se também que houveram mudanças socioprodutivas drásticas gerada pela redução do uso dos recursos comuns (terras de soltas) do território da comunidade. Algumas atividades com enfoque na agricultura e agropecuária limitaram - se ou quase não existem mais, em função da privação do acesso a terra.

Também foram observados na pesquisa, fato relatado pelos entrevistados e entrevistadas, aumento da violência e de roubos na comunidade e no entorno, a partir da implementação do PITR, durante a Primeira e Segunda Etapa do Perímetro, através da migração de pessoas de outros municípios, até de outros estados em busca de lotes, emprego nas empresas produtoras de frutas. Isso demarca uma forte mudança nas dinâmicas e relações sociais na região.

O que restou para parte dos agricultores das comunidades do entorno do PITR foi a venda da mão de obra as empresas que se instalaram nos lotes da Primeira Etapa, como forma de relação direta com perímetro irrigado.

Essas ações e processos que acontecem e que aconteceram perante as desapropriações,

só demonstram o quanto a política de irrigação implantada no Pitr, segue e obedece ao modelo alimentado pela revolução verde, que continua sendo reproduzido na atualidade, com enfoque produtivista e agroexportador de culturas irrigadas de grande retorno econômico. Cabe também ressaltar aqui que, a política de irrigação contribui na exclusão dos pequenos agricultores de acesso aos lotes de produção irrigada, através de critérios e licitações que impedem o acesso à terra.

O que não ficou claro na pesquisa, que cabe ser aprofundado em estudo posterior, foram os mecanismos de acesso aos lotes da Segunda Etapa do Pitr. De que forma os agricultores terão direito de acesso a esses lotes? Através de licitações e compra dos mesmos? Terão acompanhamento técnico no desenvolver das atividades nos lotes? Como será a relação dos agricultores com o funcionamento da Segunda Etapa do perímetro de irrigação?

Por fim, cabe questionar se a comunidade Lagoa dos Cavalos continuará na luta e resistência para ter acesso aos lotes irrigados do Pitr? Com o acesso aos lotes, cederam ao “modelo produtivo” proposto pelo DNOCS? Ou desenvolveram outras alternativas que visem a produção diversificada de alimentos saudáveis, resgatando as sementes crioulas e saberes populares?

Para responder essa série de questionamentos, se faz necessário retomar e aprofundar os estudos sobre “Os Atingidos pelo Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas: O caso da comunidade Lagoa dos Cavalos”.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADECE – Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Perímetros públicos irrigados do Ceará.** (2011). Disponível em:

<<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/downloads/category/10-agronegocios>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ADECE – Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Perfil da produção de frutas do Ceará 2013.** Disponível em:

<<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/agronegocio/fruticultura>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Uso de recursos comuns no sertão nordestino: a experiência da comunidade Lagoa dos Cavalos (Russas, Ceará, Brasil). Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-94, 2017.

ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará.** 2012. 341 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Área de concentração em Política e Gestão Ambiental. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2012.

ALMEIDA, Alfredo. Wagner. Berno. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. pp. 39-66

BRAGA, Lara. Queiroz. Viana. **Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflitos socioambiental em comunidades agrícolas de tabuleiros de russas, Ceará.** 2010. 181 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Ceará, 2010.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964.** Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4593.htm>. Acesso em 24 fev. 2018.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979.** Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6662.htm>. Acesso em 24 jan. 2018.

BRASIL. CASA CIVIL. **Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984.** Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm>. Acesso em 24 fev. 2018.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112787.htm>. Acesso em 24 fev. 2018.

CHAVES, Maria. Lucimar. Jerônimo. **Agronegócio e urbanização: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura.** 2016. 247 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-Ceará, 2016.

COUTINHO, Alisson. Costa. **Análise das preferências dos irrigantes por sistema de**

cobrança pelo uso da água bruta: o caso do perímetro irrigado de tabuleiro de russas. 2015. 167 p. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Ceará, 2015.

DIÁRIO DO NORDESTE. DNOCS divulga edital de licitação para Tabuleiro de Russas, Fortaleza, 2003. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=120968>>. Acesso 25 dez. 2017.

DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). **Perímetros Públicos de Irrigação.** 2012. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/>. Acesso em: 03 mar. 2018.

FREITAS, Bernadete. Maria. Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-Ceará, 2010.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Da Conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande.** In.: SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, p. 25-44, 1995.

GOVERNO DO CEARÁ. **Governador lança editais dos projetos baixo acarauá e tabuleiro de Russas.** 2002. Disponível em: <http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=5320>. Acesso em 10 dez. 2017.

GOVERNO DO CEARÁ. **Perímetro irrigado tabuleiros de russas inicia operação.** 2003. Disponível em: <http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=10388>. Acesso em 10 dez. 2017.

GOVERNO DO CEARÁ. **Licitação para tabuleiro de Russas recebe propostas.** 2004. Disponível em: <http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=11263>. Acesso em: 19 jan. 2018.

NUNES, Rogerio. Maciel. **A implantação do perímetro irrigado tabuleiros de russas no contexto das políticas de modernização no Ceará (1986-2003).** p. 13. Graduação em História. Faculdade de Filosofia Dom Aurélio Matos. Ceará.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3213-3222, 2013.

RIGOTO, Maria. Raquel; FREITAS, Bernadete. Maria. Coelho. **DOSSIÊ PERIMETROS IRRIGADOS.** Perímetro Irrigado e a expansão do agronegócio no campo: décadas de violação de direitos no semiárido. 2015. p 36. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/estudos-de-caso/perimetro-irrigado-tabuleiro-de-russas/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SABOIA, Andrey. Luna. **Água para quem?** Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará. 2015. 179 p. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-Ceará, 2015.

SILVA, Maxilon Rufino; DE MORAIS, Maria das Candeias Silveira. **Processo de expropriação territorial na implantação do perímetro irrigado tabuleiro de russas–ce.** Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Processo+de+expropria%C3%A7%C3%A3o+territorial+na+implanta%C3%A7%C3%A3o+do+per%C3%ADmetro+irrigado+tabuleiro+de+russas+%E2%80%93+Ce.&btnG=#d=gs_cit&p=&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3AG3PgNRgW70QJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR>. Acesso em: 01 ago. 2017.

SANTOS, Martha S. Nem turbulentos, nem despossuídos: mudança social, honra masculina e violência sertaneja no interior da província do Ceará, 1845-1889. **Revista de História Regional**, v. 15, n. 2, 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, 2003.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Área de concentração em Políticas e Gestão Ambiental. Universidade de Brasília. 2006.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. **Elinor Ostrom: “governar os Comuns”.** Economia e política do ambiente. 2011. 160. Mestrado (Economia e Política do Ambiente) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto. 2011. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

SOUSA, Maria. de Oliveira. **O “Novo Modelo de Irrigação” e os colonos de Morada Nova:** Políticas para qual público? 2005. 147 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-Ceará, 2005.

SOUZA, Adamo. Alberto. **A teoria dos jogos e as ciências sociais.** 2003 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília. Marília – São Paulo, 2003.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 119-156, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8.htm>>. Acesso dia 20 mar. 2018.

VELLOSO, Tatiana. Ribeiro. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional: a**

trajetória do departamento nacional de obras contra seca (DNOCS). 2000. 121 p. Tese (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-Minas Gerais, 2000.

VIEIRA, Washington. Luiz. Peixoto. **A Irrigação no Nordeste**: uma abordagem histórica do perímetro irrigado icó-lima campos. 2015. 192 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). Universidade Federal de Pernambuco. Recife – Pernambuco, 2015.

XIMENES, Antônia. Vanessa. Silva. Freire. Morais. **Perímetro irrigado Araras Norte**: implicações socioterritoriais. 2015. 237 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú Ceará. Sobral-Ceará, 2015.

APÊNDICES - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AGRICULTORES E AGRICULTORAS, TÉCNICOS E PROFESSORES.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA TURMA ENIO GUTERRES
OS ATINGIDOS PELO PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS:
O CASO DA COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS.**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA OS AGRICULTORES E AGRICULTORAS.

BLOCO 1: A VIDA ANTES DO RESSENTAMENTO

1. Histórico da comunidade lagoa dos cavalos;
2. Modo de vida das famílias e participação na organização comunitária;
3. Como era a vivência na comunidade antes do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas;
4. As formas de produção e relação com a terra e água na comunidade;
5. O trabalho como agricultor na comunidade: o que produziam;

BLOCO 2: O CONFLITO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

6. Qual a reação das famílias quando souberam do projeto;
7. Qual a reação das famílias em relação a desapropriação da comunidade para dar espaço ao perímetro irrigado tabuleiro de russas;
8. Qual a abordagem dos técnicos e diretores do DNOCS com as famílias no convencimento para desapropriação;
9. As famílias resistiram as desapropriações;
10. Quais as formas de resistência que a comunidade criou contra as desapropriações;
11. Como essas formas de resistência mudaram com o andar do projeto;

BLOCO 3: AS COMPENSAÇÕES

12. Quais foram as conquistas que a comunidade obteve;
13. Receberam as indenizações;
14. Todas as famílias da comunidade da lagoa dos cavalos foram reassentadas;
15. Quem não foi reassentado, para onde foi;

BLOCO 4: A VIDA NO RESENTAMENTO

16. Como foi o processo de transição, mudança da comunidade para o reassentamento;
17. Quais as vantagens e desvantagens da vida no reassentamento em relação vida na comunidade antes do reassentamento;
18. Quais as mudanças no que as famílias produzem agora no reassentamento;
19. Como é a vivência comunitária atualmente no reassentamento
20. Quais as relações das famílias com o perímetro irrigado tabuleiro de russas;
21. O emprego nas empresas do perímetro irrigado tabuleiro de russas;
22. Como está a vida das famílias da comunidade lagoa dos cavalos após o reassentamento;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFES

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE AGRONOMIA TURMA ENIO GUTERRES

OS ATINGIDOS PELO PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS:

O CASO DA COMUNIDADE LAGOA DOS CAVALOS.

ROTEIRO DE ENTREVISTA TECNICOS/PROFESSORES

1. Como o (a) senhor (a) avalia a atual situação dos perímetros irrigados no Ceará?
2. Quais são as principais dificuldades e avanços na gestão do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas?
3. Como o senhor analisa o processo de desapropriações e implantação do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas, em relação ao desenvolvimento regional e a vida das famílias atingidas?

4. Na sua opinião, quais foram os impactos do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas para as comunidades locais e em especial Lagoa dos Cavalos?
5. Qual foi a política de desapropriação adotada pelo DNOCS para com a comunidade Lagoa dos Cavalos?
6. Em relação ao conjunto das comunidades atingidas pelo Tabuleiro de Russas, como foi o acesso a indenização, terra, reassentamento?
7. Houve conflitos de interesse entre a comunidade Lagoa dos Cavalos e DNOCS no processo de desapropriação? Caso a resposta seja afirmativa:
8. Quais foram as causas centrais dos conflitos?
9. Quais foram os diferentes entendimentos e posições das famílias frente a esses conflitos?
10. Quais foram as diferentes formas de manifestação e resistência dessas famílias?
11. Como as formas de resistência mudaram com o andar do projeto?

ANEXOS

Figura 5 – Reassentamento Lagoa dos Cavalos.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 6 – Canal da Segunda Etapa do PITR, ao lado, Reassentamento e Comunidade Lagoa dos Cavalos.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 7 – Lote produtivo do entrevistado da comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 8 – Pasto irrigado para atividade agropecuária do entrevistado



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 9 – Produção de Macaxeira para beneficiamento na casa de farinha na comunidade Lagoa dos Cavalos.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

Figura 10 – Produção de Coco irrigado por técnicos e agrônomos sem produzir por falta d'água.



Fonte: Elaborada pelo Autor.